



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1898/13	DATA: 06/11/2013	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 12h05min	TÉRMINO: 14h33min	PÁGINAS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WADY CHARONE JÚNIOR - Diretor de Operação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE.
MARIA CONCEIÇÃO DE SANT'ANA BARROS ESCOBAR - Diretora Operacional da Companhia Energética de Roraima — CERR.
ADEMIR TELES MENEZES - Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania do Ministério Público de Roraima.

SUMÁRIO

Debate sobre a transmissão e distribuição, no Estado de Roraima, de energia elétrica proveniente da Venezuela.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Em nome desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, dou as boas-vindas aos nossos convidados, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste importante debate. E dou as boas-vindas, igualmente, a todos os Parlamentares e ao público aqui presente.

Esta reunião ordinária de audiência pública, que tem por objetivo debater transmissão e distribuição de energia elétrica para o Estado de Roraima proveniente da Venezuela, decorre da aprovação do Requerimento nº 341, de 2013, de autoria do Deputado Urzeni Rocha.

Foram chamados para atuar como debatedores os seguintes convidados, a quem faço convite para vir compor a Mesa: Sr. Marcos Simas Parentoni, Superintendente de Planejamento e Operação de Transmissão da ELETROBRAS; Sr. Wady Charone Júnior, Diretor de Operação da ELETRONORTE; Sra. Maria Conceição de Sant'Ana Barros Escobar, Diretora de Operações da Companhia Energética de Roraima — CERR; e Sr. Ademir Teles Menezes, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e da Cidadania do Ministério Público de Roraima.

Ressalto que foram feitas várias tentativas, via Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, em Brasília, de convite ao representante da empresa venezuelana EDELCA. Todas foram infrutíferas, uma vez que até a presente data não obtivemos nenhum retorno da referida Embaixada, apesar dos nossos contatos diários.

Esclareço aos nossos caros convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, por isso solicito que falem sempre ao microfone. Após a exposição dos convidados, abriremos a palavra para o debate com os Parlamentares inscritos.

Inicialmente, vou passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Urzeni Rocha, para que S.Exa. não só dê início à nossa audiência, mas também assuma a presidência dos trabalhos, tendo em vista que eu tenho que tomar uma providência meio urgente em relação à Comissão.

Novamente lamento a ausência da empresa venezuelana, mas acredito que essa ausência não tirará a importância e o brilho desta audiência pública, que eu considero relevante.



Agradeço a todos os convidados aqui presentes e passo a palavra ao Deputado Urzeni Rocha, a quem parabeno pela iniciativa do debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Bom dia a todos e bom dia a todas.

Primeiro quero agradecer as gentis palavras do nosso Presidente Nelson Pellegrino, um *gentleman* sempre, uma pessoa agradável de se trabalhar, a quem parabeno pela condução dos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores.

Quero também pedir escusas a todos aqui presentes, em especial aos nossos convidados, pelo atraso na programação inicial. A reunião estava programada para as 11 horas. Mas foi bom vocês terem participado do debate e da deliberação na Comissão daquilo que estava pautado para hoje. Com certeza isso foi palpitante para todos que estão aqui.

Agradeço pela presença aos nossos convidados, aos nossos palestrantes, aos que vieram do Estado de Roraima para nos ajudar neste debate e aos representantes da ELETROBRAS e da ELETRONORTE.

Agradeço também a presença do Deputado Estadual Brito Bezerra, do Partido Progressista de Roraima, Presidente da Comissão inerente à questão energética no nosso Estado, ele que tem debatido muito essa temática em Roraima. Muito obrigado.

E, finalmente, agradeço pelo empenho a todos os assessores da Comissão de Relações Exteriores, como o Edilson, que não mediram esforços para que pudéssemos realizar esta audiência pública e debater um tema de extrema relevância para o País. A energia elétrica é uma questão do Brasil, é uma questão nacional.

Hoje será colocada em debate a questão da energia do Estado de Roraima, o Estado mais setentrional do nosso País, que tem problemas com fornecimento de energia. Será de extrema relevância e importância para nós esta audiência pública, dada a crise que estamos vivendo hoje em Roraima em razão de um fornecimento de energia inconstante, com quedas de tensão repetidas ao longo do dia, apagões permanentes e prejuízos incalculáveis para a população. A situação é de caos, de desastre, e não é o Deputado Urzeni quem está dizendo isso, porque o problema está sendo vivenciado por toda a nossa população. Temos aqui autoridades do setor



que talvez não façam este mesmo diagnóstico crítico, mas que com certeza absoluta sabem das condições atuais em Roraima. Nós convocamos todos os senhores para podermos debater. O Promotor Ademir Teles, da Defesa do Consumidor, ingressou com uma ação civil pública no Estado de Roraima contra essa situação e tem muito a contribuir.

Eu gostaria de iniciar a concessão da palavra aos nossos palestrantes, para que não nos atrasemos ainda mais.

Para ser bem objetivo o nosso debate, cada palestrante terá 15 minutos para a sua exposição. Posteriormente, passaremos a palavra aos Parlamentares ou a quem queira porventura fazer alguma indagação a respeito do tema.

Iniciando a nossa audiência, passo a palavra ao Sr. Wady Charone Júnior, que tem 15 minutos para a sua exposição. Vamos ouvir atentamente as palavras do palestrante.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Antes de começar a abordar o assunto propriamente dito, é bom fazer um histórico, para vocês terem noção do que está envolvido e do problema em si configurado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui nós temos alguns conceitos, o que dita a regra do setor elétrico. Nós temos uma empresa distribuidora de energia elétrica, temos os geradores e temos os transmissores. É essa a atual concepção de divisão do setor elétrico brasileiro.

O que está a cargo da distribuidora de energia elétrica é a previsão de carga. Ela precisa estar sempre fazendo uma previsão de carga, precisa dizer por que tudo isso. O gerador faz a previsão de geração, e a transmissão cuida da configuração do sistema, de como o sistema elétrico se encontra, do que está disponível e do que pode estar indisponível no sistema elétrico de transmissão. Com essa composição toda, a EPE cuida do planejamento energético do nosso País. Ela é responsável pela transmissão e geração da energia no País. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia é o poder concedente, que formula e implementa as políticas energéticas, avalia a segurança do suprimento eletroenergético. E a ANEEL faz a outorga, estabelece os leilões de expansão — qualquer expansão no setor elétrico se faz através de leilões. Existem também resoluções autorizativas e homologações de tarifas.



Estes são papéis essenciais do que temos no setor elétrico, com foco no que está no sistema isolado. Se eu for falar em sistema interligado, teremos mais agentes entrando no processo, como o Operador Nacional do Sistema — ONS. Mas em Roraima ainda vigora o sistema isolado. Ou seja, Roraima não pertence ainda ao sistema interligado brasileiro.

Origem. Roraima tem uma origem de suprimento em térmicas. A partir do momento em que a ELETRONORTE entrou, começou-se a verificar que essa origem de suprimento térmica não é uma energia que podemos dizer que seja totalmente firme, segura. Então começou a haver investimentos da ELETRONORTE, para se tentar levar para o Estado energia hidráulica, que havia disponível na Venezuela naquela época, muita energia hidráulica disponível.

Nós fizemos uma linha de transmissão entre Santa Elena e Boa Vista de 191 quilômetros. A subestação de Boa Vista foi construída, com dois transformadores de 100 MVA cada um, linhas de subtransmissão de 69 quilovolts, de 23 quilômetros, e duas subestações de subtransmissão, também de 69 e 13,8 quilovolts. O objetivo era buscar um suprimento de origem hidráulica àquela altura.

Como se iniciou isso? Houve uma história. Iniciou-se em 1977 um Convênio de Amizade e Cooperação entre Brasil e Venezuela. Em 1994, foi firmado o Protocolo de Guzmania. E depois, em 1996, houve um acordo entre Brasil e Venezuela. Em 1997 já foi assinado um contrato de energia entre o Brasil e a Venezuela, para atender especificamente o Estado de Roraima. Esse contrato foi firmado em 1997, com 20 anos de vigência, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. Em 2001 iniciou-se a operação comercial, e esse contrato passaria a ter vigência justamente quando se iniciasse a operação comercial da energia. A entrada era em Santa Elena, limitada em até 200 megawatts, e a entrada em operação se deu justamente nesse início da operação comercial do sistema, já construído àquela altura.

Isso implicou um investimento da ordem de 90 milhões de dólares na Venezuela, e a ELETRONORTE teria que fazer o pagamento: todo semestre, durante 10 anos, desembolsaria 4,5 milhões de dólares. Essa conta já foi quitada. O Brasil, por sua vez, fez investimento naquelas obras de que eu falei anteriormente, um investimento que totalizava 55 milhões de dólares àquela altura.



Fora isso, ainda temos OIM por parte da Venezuela, que daria 800 mil dólares por ano durante a vigência do contrato, valor corrigido pelo indicador usado para negociações internacionais. Esse valor, corrigido para 2013, está em 1 milhão, 158 mil dólares. Então, o total de investimento, em 20 anos, desse custo de OIM, daria 23 milhões de dólares. E a energia, comprada a 26 dólares o megawatt-hora nos primeiros 10 anos e a 28 dólares o megawatt-hora nos 10 anos restantes. Esse valor também é corrigido pelo indicador CPI, e hoje dá 40,53 dólares por megawatt-hora.

O sistema elétrico de Roraima — eu vou tentar não ser técnico —, ele é longo, tem linhas de transmissão longas, de 230 mil volts.

Linha radial. Toda linha longa radial provém de controle de tensão, e desde a sua concepção ela possui problemas de controle de tensão, todos eles resolvidos com medidas técnicas. Logo que a linha foi construída, a carga era baixa em Boa Vista. A carga a ser suprida era baixa, então, para ser longa a transmissão, ela tinha uma elevada tensão logo no começo, na sua origem, e precisava de um equipamento, que a gente chama de reator, para baixar a tensão elétrica. Então, nessa primeira concepção, o reator estava presente, por necessidade operacional: carga baixa, linha longa. Era preciso baixar a tensão. Era um problema sério de tensão o que a gente tinha naquele primeiro momento.

No ano de 2009, começaram a surgir dificuldades operacionais, com baixo nível de tensão no sistema elétrico. Medida adotada: a ELETRONORTE realizou adequações para operar essa linha sem o reator. Quando chegamos a 2009, a carga já estava em um patamar alto, e a tensão elevada que havia na origem já não existia mais, então era preciso tirar o reator, que é um equipamento que baixa a tensão. Foi então feita a primeira adequação, e um primeiro investimento. Colocamos os disjuntores e fizemos manobrável esse reator. Esse foi o primeiro ponto, e foi resolvida essa primeira dificuldade.

Em 2010, nova dificuldade operacional, e começou a haver uma redução do intercâmbio com a Venezuela para contornar isso. A carga começou a aumentar a um patamar em que medidas que deveriam ter sido feitas antes, contratualmente... Existe uma previsão de se instalar um equipamento de compensação para controle de tensão em Santa Elena, pela parte da Venezuela, mas a Venezuela estava entrando em crise, então houve um problema sério. No momento em que a



Venezuela precisava entrar com o equipamento em Santa Elena, iniciou-se uma grande crise de energia, já em 2009, na Venezuela. A partir desse momento, começou a haver um problema de relacionamento entre a Venezuela e o Brasil quanto à colocação desse equipamento, que seria necessário, e não foi possível colocá-lo em operação. Aí se estabeleceu a dificuldade operacional.

Em 2010, era necessário termos o equipamento de controle de tensão lá no lado de Santa Elena, na Venezuela, mas a instalação desse equipamento pela Venezuela não teve sucesso naquela altura porque a Venezuela também estava em plena crise energética. Então, aquele momento era muito inadequado para se fazer uma negociação e fechar um acordo. Mas esse equipamento já estava previsto no estudo. A Venezuela deveria tê-lo colocado, a EDELCA deveria tê-lo colocado. Mas naquela altura havia uma alta crise. Hoje não existe mais a EDELCA, que foi comprada pela CORPOELEC.

Então a crise se estabeleceu, e nós tivemos uma nova dificuldade operacional. Tivemos que reduzir o intercâmbio de energia para contornar um problema, mas isso não seria suficiente: era preciso gerar energia complementar térmica, porque, ao reduzir a energia, a demanda já era muito grande aqui, a ponto de essa redução não compensar o que precisaríamos de energia complementar. Então, foram contratados 60 megawatts de geração complementar para atender esse problema de controle de tensão, em face da impossibilidade de se colocar o equipamento previsto no planejamento, dada a crise que já havia na Venezuela.

Em 2011 houve nova dificuldade, porque esse equipamento se tornou um elemento... A gente disse: *"Precisamos ter alternativa, mas sabemos que daqui para frente teremos muitos problemas"*. Então começou a haver baixos níveis de tensão no sistema elétrico. Isso já tínhamos contornado, mas começou a carga a crescer ainda mais, com baixos níveis de tensão... Nós temos um parâmetro interessante, que é muito importante ressaltar: o Luz para Todos e outros crescimentos de carga no sistema contribuíram muito para um avanço grande de carga lá em Roraima. O próprio mercado estabelecido pelas distribuidoras de energia elétrica não estava ditando uma regra adequada, para podermos até nos antecipar um pouco mais. Então, havia muitos problemas de dados para que pudéssemos configurar um planejamento mais adequado.



Estudos da ELETROBRAS já indicavam que era necessária uma compensação reativa de qualquer forma. Então, a distribuidora da ELETROBRAS instalou dez bancos capacitores de 3,6 MVAR cada um. Essa foi a medida adotada para se contornar o problema dessas cargas que estavam entrando e que não estavam previstas naquele momento.

Em 2012, nova dificuldade: começou a haver afundamento de tensão. Foi mais ou menos o seguinte. Nós estávamos num ponto em que a tensão estava se degradando, e estaríamos no que chamamos de limite de estabilidade, o que é um ponto muito delicado. Simplesmente investir em compensação, com banco capacitor, não daria a solução para esse caso. Esse é um caso muito específico, técnico demais, de alta complexidade. Quando se está no limite de estabilidade de tensão, é preciso investir em medidas de energia complementar mesmo, ou na instalação de um equipamento de grande porte chamado compressor estático de compensação de controle de tensão, que vê a situação do sistema num momento e tanto puxa a tensão para baixo quanto, em outro momento, eleva a tensão. Esse equipamento é chamado de equipamento de compensação estática, e, para evitar problemas, nós tínhamos que comprá-lo, porque ele não havia sido colocado em Santa Elena. Ou seja, teríamos que resolver o problema aqui no Brasil mesmo, colocando esse equipamento aqui. Nosso estudo indicou que já teríamos que limitar a 95 megawatts o fluxo, por mais que o nosso contrato permitisse explorar até 200 megawatts, senão agravaríamos ainda mais esse problema de estabilidade de tensão. E o despacho de geração complementar precisaria ter um caráter mais contínuo, passava a ser uma necessidade.

Em 2013, as motivações. Gerou-se uma coisa muito importante. Às vezes uma crise gera situações de extrema importância. Começou-se a pensar no seguinte: *“Vamos interligar Roraima ao sistema interligado brasileiro. Vamos deixar de ter Roraima isolada”*. Surgiram motivações para brigarmos para que essa intervenção se desse o mais rápido possível, quanto mais cedo melhor. Até então, o horizonte era bem distante. *“Vamos dar um basta nisso. Está na hora de colocar esse Estado no Sistema Interligado. Está na hora de começarmos a ter as responsabilidades de colocar no Sistema Interligado Nacional todos os lugares do Brasil”*. Houve então essa motivação, e começou a se configurar a formação de



grupos de trabalho na EPE, com agentes, com notas técnicas desenvolvidas... A partir daí veio o lado bom da questão.

Houve outra coisa muito importante do Governo, e ontem foi assinada a portaria do Ministério de Minas e Energia, a nova — está até comigo aqui —, concedendo autorização para colocarmos em Roraima esta alternativa, extremamente importante, eficaz, que mostra a responsabilidade do nosso Governo perante a população, a sociedade, a alternativa de colocar térmicas, em 2014, no montante de 170 megawatts, e, em 2015, um complemento de mais 18,3 megawatts. Ou seja, 100% da carga do Estado de Roraima pode ser atendida por térmica. Se um dia acontecer algum desastre, algum problema na Venezuela que impeça que impeça o fornecimento de energia para nós, já temos a entrada de térmica para atender 100% da carga até 2016, justamente quando entra a interligação. Essa portaria já foi assinada. Está aqui na minha mão. Esse seria outro ganho muito importante para a sociedade de Roraima.

Um planejamento que já está em pleno andamento é a expansão do terceiro transformador na SE Boa Vista, de 100 MVA, mais um. Esse investimento é da ordem de 15 milhões de reais, e a previsão de entrada desse transformador é agosto de 2014, ou seja, no ano que vem.

Compensador estático. Esse elemento é extremamente importante, como eu dizia a vocês, pois é um equipamento que faz o controle de tensão tanto no momento de aumentar a tensão quanto no momento de baixá-la. Ele tem inteligência para saber como o sistema elétrico está se comportando e, automaticamente, através de comandos automáticos baseados em tiristores, elevar ou baixar a tensão. Ele tem uma programação que indica que tensão ele tem que manter na barra e sabe em que momento deve processar “baixar” e em que momento deve processar “aumentar”, sem nenhuma interferência humana.

Esse equipamento estava no leilão. Fizemos negociação junto com a EPE, e ele será implantado em outubro de 2014. Ele custa 32 milhões de reais e será instalado junto com uma SPE — sociedade de proposta específica. Nós ganhamos o leilão dessa interligação da Venezuela com o resto do Brasil através da SPE Transnorte Energia. A ELETRONORTE tem 49% dessa empresa, e a Alupar Investimento tem 51%. Esse é um trabalho feito por meio de sociedade de proposta



específica. A interligação está prevista para 25 de janeiro de 2015, e o investimento para essa interligação é de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Esse linhão não é o de Tucuruí. Na verdade, está existindo hoje a interligação de Tucuruí com os Estados do Amazonas e do Amapá. Este é um prolongamento, é uma continuação do sistema chamado Linhão de Tucuruí.

Isto aqui é para chamar a atenção para uma coisa importante que existe em Roraima: as usinas, o potencial hidrelétrico de Roraima, de 1.050 megawatts, um potencial fantástico!

Outra coisa interessante é que a margem esquerda do Amazonas está em plena capacidade de geração de energia elétrica num momento em que a margem direita não está. Ou seja, há momentos em que há água em abundância na margem esquerda e não na margem direita, e há momentos que há abundância de água na margem direita e não na margem esquerda. Ora, nosso País é tão rico, bonito para caramba! E nós temos essa capacidade de ter o lado direito em cheia enquanto o lado esquerdo está em seca, e vice-versa. Esse aproveitamento hidrológico, essa capacidade do País é fantástica! Pena que nós tenhamos sempre problemas sérios para construir usinas hidrelétricas.

É isso. Praticamente fecho aqui a minha apresentação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Eu agradeço ao palestrante Wady Charone Júnior, e gostaria de registrar a presença do eminente Deputado Paulo Cesar Quartiero, mui digno representante do Democratas do nosso Estado, do Deputado Chico das Verduras, do PRP, outro digno representante do nosso Estado, e também do nosso querido Deputado Leonardo Gadelha, grande amigo, parceiro, companheiro na Comissão de Relações Exteriores a quem agradeço pela presença, por estar participando deste debate importante para Roraima. Seu pai foi um grande debatedor, amigo nosso no mandato passado, e tenho certeza de que, com esse *pedigree*, não vai ser diferente a sua atuação nesta Casa.



Para dar mais dinâmica na continuidade da nossa reunião, vou passar a palavra para os demais palestrantes, e no final nós faremos as nossas indagações, já com conhecimento de todas as informações.

Vou passar a palavra agora para a Maria Conceição de Sant'Ana Barros Escobar, que foi por muito tempo Presidenta da Companhia Energética de Roraima e hoje ocupa uma Diretoria na ELETROBRAS.

Com a palavra a nossa querida Conceição Escobar, por 15 minutos. Nós vamos ouvir com muita atenção a sua exposição.

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DE SANT'ANA BARROS ESCOBAR - Bom dia a todos!

Obrigada, Deputado Urzeni, pelo convite. Agradeço também ao Presidente Luiz Henrique Hamann por ter me designado para esta missão.

Cumprimento todos da Mesa: os dirigentes do setor elétrico, o representante do Ministério Público, nossos Deputados Estaduais aqui presentes e o André Tejo, meu companheiro de trabalho do Departamento de Relações Comerciais.

Aos demais Srs. Deputados e à imprensa, bom dia!

Diante da exposição da ELETRONORTE, devo dizer que o papel da CERR é de uma consumidora dessa energia importada da Venezuela. Nós vamos apresentar nosso sistema e mostrar o quanto nós somos dependentes deles. O que for feito pela ELETRONORTE, com seus investimentos, é o que vai melhorar nosso sistema, somado aos nossos esforços também.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos três empresas no Estado: a ELETROBRAS ELETRONORTE, que faz a importação; a ELETROBRAS Distribuição Roraima, que está hoje na Capital; e a Companhia Energética de Roraima, que está nos demais Municípios. São apenas 15 Municípios no Estado. Nós temos uma área de 224 mil quilômetros quadrados, 488 mil habitantes, e nossa densidade demográfica é de apenas 2 habitantes por quilômetro.

A maior parte do mercado da energia hoje, 77%, embora tenha uma extensão grande, está concentrada na Capital. É a energia distribuída pela ELETROBRAS Distribuidora. A CERR atua no restante do Estado.



Temos geração própria térmica e hidráulica e assim geramos parte da energia que consumimos, mas grande parte, 17%, é comprada da EDRR. Nós temos também um contrato direto com a CORPOELEC, na Venezuela, para atender a fronteira, especificamente Pacaraima.

O nosso atendimento está configurado assim porque a CERR, embora seja uma empresa pequena em recursos e em quantidade de trabalhadores, tem uma área de atuação muito grande. A imagem fica um pouco poluída porque em todos esses pontos está a CERR, seja com energia térmica ou interligada.

Por exemplo, aqui, no Baixo Rio Branco, estão 18 comunidades ribeirinhas. Temos uma característica próxima às do Amazonas. Nossa Capital está mais ou menos centralizada e é onde está toda a carga, mas nós temos grandes extensões de áreas, como a Raposa Serra do Sol, onde existem muitas comunidades indígenas, mas nem todas são atendidas. Temos outras regiões também. São esses demais Municípios. Mesmo no Município de Boa Vista, em que a concessão é da ELETROBRAS Distribuidora, a CERR atua nas áreas rurais ainda, principalmente nas comunidades indígenas.

Nós temos uma pequena central hidrelétrica nessa região, que é a PCH Jatapu, cuja potência, neste momento, nós estamos ampliando de 5 megawatts para 10 megawatts. O resto é tudo térmica.

Nós atuamos em 97% da área territorial do Estado, e nossa densidade demográfica é menor que 1 habitante por quilômetro.

A CERR atua nessas distâncias. Boa vista, por exemplo, tem uma densidade de 54 habitantes por quilômetro quadrado, e nós temos ainda a densidade demográfica de 0,82 habitante por quilômetro quadrado no Estado. Isso traz muita dificuldade para o atendimento do consumidor, porque você tem que levar linhas muito longe para atender uma densidade baixa.

Na composição de atendimento, vemos que a CERR gera 23% da energia, e a CORPOELEC, 3%. Os outros 74% do meu mercado dependem da importação que é feita pela ELETRONORTE, que, por sua vez, vende para a ELETROBRAS. Neste momento, nós ainda compramos diretamente da distribuidora, mas, do ponto de vista da regulação, não há uma relação correta. Nós teríamos que comprar



diretamente da ELETRONORTE. É até um assunto que merece uma discussão nossa depois, em outro momento.

Temos menos de 40 mil consumidores nesse espaço imenso, mas nós atuamos em 181 localidades. Cinquenta e cinco dessas localidades dependem da importação da energia elétrica.

Na compra direta da Venezuela, nós temos só o Município de Pacaraima, que, embora use uma carga muito pequena, é uma área importante, por ser fronteira. Nós não temos geração lá; dependemos diretamente da energia... Se a Venezuela tiver algum problema e nós não pudermos importar energia, nós temos que providenciar nossa forma de atendimento.

Pacaraima é um Município pequeno que está ilhado dentro das áreas indígenas, onde a demanda está restrita e não podemos crescer muito. Essa aí é a que está aprovada.

Com relação à interligação com a ELETROBRAS Distribuidora, nós temos a nossa linha de subtransmissão em nível de tensão de 69 kV, que atende esses principais Municípios, como Mucajaí, Iracema, Caracará e Rorainópolis. Mas quero dizer aos senhores que essa é a maior carga nossa.

Eu estava vendo a disposição da ELETRONORTE. Enquanto foram feitos 23 quilômetros de linha de 69 kV, só para atender isso aqui são 300 quilômetros linha de 69 kV. Para atender as demais cargas, vou chegar a 600 quilômetros. Há problemas de tensão. Quando há um afundamento de tensão, nós temos um reflexo direto no atendimento. Nossa demanda é de cerca de 18 megawatts em média.

O que chamamos de Sistema Isolado Interligado Boa Vista atende num nível de tensão de 13,8 kV. Neste momento, os Municípios de Bonfim, Cantá e Alto Alegre são os que têm sofrido mais com a queda de tensão, exatamente porque ela está numa tensão também inferior.

Os investimentos nossos vão ser nessa região.

Bonfim faz fronteira com outro país, que é a Guiana, e é uma região que recebeu muitos produtores, principalmente de grãos, a maior parte deles saídos da região da Raposa Serra do Sol. Eles foram para essas regiões aqui.

Então, o Estado de Roraima, que é o dono, o acionista majoritário da companhia, diante dessas situações, trouxe o problema da CERR para o Governo



Federal, para a Presidente Dilma, e praticamente pediu que o setor elétrico do Estado de Roraima fosse assumido pelo Governo Federal. Foi feito um protocolo de intenções para a alienação das ações preferencialmente para a ELETROBRAS. Nós estamos agora numa fase em que foi assinado um acordo de acionistas. Esse acordo de acionistas previu uma gestão compartilhada e, neste momento, desde o dia 16 de setembro, iniciou-se a gestão compartilhada. Metade da Direção foi indicada pela ELETROBRAS, e a outra metade, pelo Estado. Foi feito um aporte de investimento, e nós já estamos com 140 milhões para fazer os investimentos na melhoria desse sistema, inclusive na subtransmissão. Neste momento, estamos trabalhando para fazer isso.

As principais obras que nós vamos trabalhar estão nos eixos Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Mucajaí e Rorainópolis, porque as obras já estão concluídas. Mas nós já estamos fazendo uma expansão aqui, porque essas obras demoraram muito.

Há relação da CERR com a ELETRONORTE desde 1989, quando houve a encampação da Capital. Nosso contrato de suprimento, primeiro, era com a ELETRONORTE. Quando o Governo brasileiro assinou o contrato de compra de energia com a EDELCA, Roraima já tinha, lá no interior, muitas cargas ligadas a Boa Vista, principalmente nessa região do eixo Mucajaí. Havia um projeto de interiorização de energia, mas esse projeto atrasou muito. Então, coincide um pouco, Diretor, com o momento em que entram as nossas cargas...

Durante muito tempo o Sistema Boa Vista ficou folgado, porque atrasamos obra. Quando entram nossas cargas, coincide com aquela primeira crise da Venezuela e nos força ao estudo. Durante muitos anos, mais de 10 anos, Roraima ficou muito bem, tranquila, comprando energia da Venezuela. Nós desligamos todas as térmicas grandes que existiam. Agora, nós estamos tendo que fazer um retorno às térmicas para garantir o suprimento de energia.

Então, as providências adotadas foram a assinatura do acordo de acionistas e o aporte, pelo Governo, na companhia de 604 milhões. Desses recursos aqui, mais da metade foi para pagamento de dívida. A empresa estava completamente inadimplente, não conseguíamos assinar nenhum contrato, não conseguíamos fazer arrecadação. Dentro do setor, estávamos completamente irregulares.



O Governo de Roraima tem feito um investimento grande na companhia. Nós pagamos dívidas grandes da PETROBRAS com o setor elétrico. A compra da nossa energia está toda atrasada. Pagamos já uns 80 milhões este ano. A compra da energia com a CORPOELEC também nós atualizamos.

O que nós temos que fazer agora, de imediato? Apesar de a ELETRONORTE ter apresentado todos os investimentos que ela vai fazer, a CERR está no limite. Até para esperarmos o cronograma dela... Vai entrar, por exemplo, o investimento de 2014 e tal, mas eu tenho situações muito emergenciais. Por exemplo, enquanto a nossa linha de transmissão precisa... Se eu levar 10 meses para fazer um cronograma de obras, eu tenho que tomar outra providência, porque há sistema que não vai suportar esperar esse prazo de 10 meses. Principalmente nessas fronteiras aqui nós temos que atuar.

O que foi decidido? Esse grupo de estudo que foi apresentado aí — nós também fazemos parte dele — optou por um cenário em que, se a Venezuela não tiver nem aquela oferta de 95 megawatts para atender nosso sistema, nós teremos que reforçar a geração térmica ou adotar outra alternativa. Estamos trabalhando já nos projetos de referência, principalmente de reforço em Rorainópolis, que é um centro de carga grande que não podemos deixar ficar esperando. Nas fronteiras, como em Bonfim, hoje há um problema sério. Nós devemos isolar a carga de Bonfim novamente, porque, por enquanto, até a obra sair, o alimentador de Boa Vista que nos atende não aguenta mais. Então, temos muita queda de tensão ali, e ele já está limitado pela própria capacidade do cabo. Nós temos que correr com isso.

Então, o que ocorre? Há o problema do suprimento de combustível, que está naquelas compensações. Senão, nós vamos voltar àquela ciranda financeira, porque não vamos ter dinheiro suficiente para comprar combustível. Esse é um dos problemas que têm que ser bem discutidos.

Era isso que eu tinha a dizer sobre esta questão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Quero agradecer a participação da Sra. Conceição Escobar, Diretora do Sistema ELETROBRAS em Boa Vista.



Passaremos, logo em seguida, a palavra ao Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, Dr. Ademir Teles, para que ele faça sua explanação. Depois, franquearemos a palavra aos participantes, para fazerem suas indagações aos palestrantes.

O SR. ADEMIR TELES MENEZES - Inicialmente cumprimento o Deputado Urzeni Rocha — obrigado pelo convite —; os demais membros da Mesa; o Deputado Paulo Cesar Quartiero, do nosso Estado, que está aqui presente e é um produtor rural; o Deputado Brito Bezerra, que saiu.

Nós temos nos reunido, junto com o empresariado local, em audiências públicas. Na quarta-feira passada mesmo fizemos uma audiência pública no Ministério Público, e o Deputado Brito estava presente. Também foi convidada a ELETROBRAS, que participou ativamente da discussão para tratar da questão do Corpo de Bombeiros, da prevenção contra incêndio e pânico. Ressalto que houve participação ativa da ELETROBRAS, do empresariado.

O Deputado Chico das Verduras, que estava aqui e saiu, também é lá do nosso Estado.

Eu gostaria de iniciar dizendo que, de tudo o que nós ouvimos aqui sobre os investimentos — eu não vou fazer nenhuma apresentação, apenas vou comentar —, o que eu posso afirmar com muita tranquilidade é que o consumidor de Roraima, o empresário de Roraima está bastante prejudicado com a qualidade da energia entregue pela ELETROBRAS Distribuição.

Também quero esclarecer para os Srs. Deputados e para a plateia presente que não foi falado aqui, mas eu vou contar um pouquinho da história do sistema elétrico de Roraima, porque acho importante para nós discutirmos o tema.

O Estado de Roraima, como nós vimos, tem duas empresas de distribuição. A ELETRONORTE, inicialmente, hoje ELETROBRAS Distribuição Roraima, que antes era Boa Vista Energia, quando encampou, ficou com o filé-mignon do Estado, que foi a Capital. Dos pouco menos de 500 mil habitantes, acredito que em torno de 80% residem na Capital até hoje. A ELETRONORTE encampou o filé-mignon e deixou para o Estado de Roraima toda a obrigação do fornecimento de energia elétrica, pela então CERR, como foi exposto aqui pela Diretora.



O Estado de Roraima era recém-nascido, frágil, e até hoje é um Estado com pouquíssima atividade econômica, por diversas razões que talvez não venham ao caso. Mas o fato é que o Estado de Roraima assumiu a interiorização da energia, e a ELETRONORTE ficou com o filé-mignon, que era a Capital.

Essa energia que foi interiorizada pela CERR, que é uma companhia estatal, em quase todo o interior é uma energia suja, é uma energia de termelétrica, é uma energia que consome milhares de litros de *diesel* por dia.

Nós temos, no sul do Estado, a Usina de Jatapu, como disse a Sra. Conceição Escobar. É uma usina que tem um lago imenso. Você poderia dizer que houve um prejuízo ambiental fenomenal ao Município de Caroebe, que é o último Município do Estado e faz divisa com o Pará. Lá foram projetadas quatro turbinas, mas só uma funciona. Não me pergunte cadê as outras três turbinas. Só uma funciona, e funciona hoje de forma deficitária. Eu estive em Caroebe em 2010, lá em Jatapu, e andei pelo sistema. É vergonhoso o que se vê naquele local: o total descaso da CERR com aquilo. Total descaso!

A CERR foi então a responsável pela interiorização. Eu realizei uma oitiva dos então responsáveis pela empresa em 2010. Segundo esses responsáveis pela empresa — vejam os senhores como a gente brinca de fazer energia elétrica ou brinca de governar dessa maneira —, de cerca de 26 mil consumidores, apenas 12 mil tinham medição real, pagavam pela energia que consumiam de forma real. Do resto era cobrada uma tarifazinha de 5 reais e 90 centavos, pouco importando o quanto tinha consumido.

Ora, se uma empresa que atua num ramo em que os investimentos são pesados e exigem um volume de recursos grande não cobra o consumo do cidadão por questões — me perdoem — meramente politiqueiras, o que nós vamos ter dessa empresa? A sua morte! Aí, vem aqui a CERR e mostra que houve um aporte de 604 milhões do Governo do Estado, dos quais metade foi para pagar dívida. Esse é o resultado da situação. Esse é o resultado da situação, repito!

Eu ando pelo interior do nosso Estado e, quando Promotor de Justiça em São Luiz do Anauá e Rorainópolis, cansei de passar na rodovia, indo trabalhar, e ver currais e lâmpadas quentes ligadas o dia inteiro. Não paga energia, gasta apenas 5



reais e pode consumir o que quiser! Mas isso tem um custo, não é, Wady? Isso tem um custo alto.

Perdoem-me, mas a gestão da CERR foi uma coisa — espero que mude — deplorável em todos os sentidos, por parte de todos os presidentes que lá passaram. E a empresa é deficitária e teve que pedir socorro ao Governo Federal, como foi dito aqui.

Eu não quero ficar aqui com a pecha de chato, mas estou sendo realista, talvez com um pouco de ênfase. Porque sabem quem sofre? Quem sofre é o consumidor, na ponta. Quando os produtores rurais da região do Bonfim, que faz fronteira com a República Cooperativa da Guiana, ligam os motores para fazer a irrigação do plantio de arroz, o sistema cai, por uma série de razões. Primeiro, a rede é de 13,8 kV e precisa ser de 69 kV. Aí, a CERR começou a fazer a rede. Faltando alguns quilômetros para chegar à Capital, ou ao ponto de entrega da ELETROBRAS, a rede parou, não a fizeram mais.

Andamos por aquele interior do Estado e vemos postes caídos, fios caídos, sem qualquer manutenção por parte da CERR, o que é lógico, tendo em vista a situação dessa empresa!

Meus colegas Promotores ajuizaram ações contra a CERR em diversas Comarcas do interior. Eu ajuizei na Capital, em 2012, para atender o Município do Cantá, que é da Comarca de Boa Vista, onde tenho atuação atualmente.

Sexta-feira, Deputado Urzeni Rocha, eu fui a Rorainópolis fazer uma palestra para o empresariado local e vi que o desespero é grande, Deputado Brito, porque se lá em Boa Vista, hoje, a energia cai cinco vezes, seis vezes por dia, ou tem um afundamento de cinco vezes, seis vezes por dia, em Rorainópolis isso triplica. Aí não há empresário que dê conta de manter nada resfriado, nada congelado; não há como madeireira trabalhar... A situação é muito ruim, muito difícil. E quem faz essa entrega de energia lá? A CERR.

De volta para a Capital, para a ELETROBRAS, em 2012 eu instaurei um inquérito civil para apurar a situação dessa constante variação de energia, desse afundamento de energia, dessa queda de energia. Ouvei as duas empresas: a ELETROBRAS e a ELETRONORTE. Agora, pasmem V.Exas.! A ELETROBRAS Distribuição diz que a culpa é da ELETRONORTE, e a ELETRONORTE diz que a



culpa é da Venezuela. Agora, ELETROBRAS e ELETRONORTE são partes do mesmo grupo, do mesmo sistema. Embora sejam empresas distintas, são do mesmo grupo e do mesmo sistema! E aí fica um jogo de empurra e a empresa joga para a Venezuela, como se a Venezuela fosse a culpada. Até acredito que exista culpa da Venezuela.

Então, chamei os responsáveis da ELETRONORTE, já que a ELETRONORTE é que faz a transmissão e a venda para a ELETROBRAS, e a questioneei acerca da solução. *“Ah! a solução neste momento é instalar termoelétrica e criar um sistema de compensação estática”*, como foi dito aqui pelo Wady. Isso custa caro. Mas essa região vai ser interligada ao Sistema Nacional em 2015. Será que vale a pena?

Bom, agora já tivemos a informação extraoficial — ouviu, Deputado Urzeni Rocha? — de que não seremos interligados em 2015. Provavelmente essa interligação só ocorrerá no final de 2017. Por quê? Porque está travada por questões ambientais a expansão. Não sei se o Wady tem esse conhecimento. Já destravou? Então, estava travada por questões ambientais a expansão da rede até o Amazonas. Nós estamos findando 2013. Então, seriam mais 4 anos de lamúria, não é?

Pois bem, o que me preocupa, Deputado Urzeni Rocha, é o seguinte: nós ouvimos aqui a ELETROBRAS falar em carga — *“Ah, porque estamos aí, vamos suprir a carga”*. O Sr. Wady disse, a Conceição Escobar também —, mas eu não ouço falar, Deputado Brito, numa carga para aumentarmos a produção econômica local. Isso é para suprir o consumo atual da população e do pouco de atividade econômica que nós temos.

O que é que nós queremos lá, do Estado, do ponto de vista de energia? Qual é o empresário que vai se sentar lá, em Roraima, investir milhões de reais numa empresa, se ele não tem um parque energético que supra a necessidade, uma energia estável? Precisa isso tudo ser discutido, até saindo e, ao mesmo tempo, permanecendo na questão de energia, porque sem isso nós não vamos conseguir nada.



Hoje eu tenho uma ação civil pública ajuizada contra a ELETROBRAS. Por quê? Porque para o consumidor, na ponta, a entrega da energia elétrica tem que ser de qualidade. Se não é, nós estamos diante dos chamados acidentes de consumo.

Então, o que nós temos hoje? Temos diversas ações de consumidores contra a ELETROBRAS por queima de aparelho. Temos diversas ações de consumidores contra a ELETROBRAS por falta de possibilidade de expansão do seu negócio. Temos ações minhas contra a ELETROBRAS por conta da entrega deficiente, por conta desses acidentes de consumo.

E o que vimos efetivamente da ELETROBRAS? Eles colocaram duas estações de energia suja, termoelétrica, para suprir a energia, evidentemente, no desespero. Nós nos sentamos com representantes da ELETROBRAS em 2010, num grupo de trabalho criado por conta da situação de 2010 — não foi isso, Wady? — e lá discutimos o que poderia ser feito para o momento, mas pensando no futuro. E o que tivemos foram essas duas estações termoelétricas, que, se pararmos aqui para fazer conta, veremos que estão trabalhando no limite. Segundo informações da própria ELETROBRAS, estão trabalhando o dia todo.

Agora, Wady, eu proponho para os Srs. Deputados uma reflexão: “*Eu não quero, nós não podemos fazer usina hidrelétrica, porque tem dano ambiental...*”. E a termoelétrica? A termoelétrica não tem dano ambiental? Tem dano ambiental em todo aspecto que se pensar, inclusive produz um barulho infernal, com aqueles motores imensos funcionando 24 horas. Nós temos uma estação termoelétrica em Boa Vista que fica num bairro chamado Jardim Floresta, habitado em volta. E isso não traz dano ambiental?

Questionamos: não teríamos em Roraima uma condição de construção com tanto potencial, como o senhor colocou, até para exportar energia, já que temos ali ao lado Venezuela e Guiana?

Nós ficamos muitas vezes discutindo situações em que precisaríamos fazer o enfrentamento sem tanta demagogia e partir para uma solução.

Para o Ministério Público, eu digo aos senhores, não há vantagem nenhuma em ficarmos ajuizando ações. O que queremos é que eles resolvam o problema. Para que o ajuizamento de ações? Por isso temos discutido com os empresários, chamado os empresários para discussões, feito reuniões na Assembleia Legislativa



do Estado. Queremos discutir, sem ações. Ações não levam... A ação às vezes trava até o investimento da própria empresa.

O que é importante fazermos, então? O importante é fazermos uma discussão desapegada e buscarmos solução. Em Roraima há brasileiros. Roraima merece respeito. Lá, somos apenas meio milhão de pessoas. É pequeno o Estado, menor que muitas cidades, mas somos brasileiros, estamos na fronteira, fazendo o enfrentamento de fronteira, que não é fácil. Estamos fora. A ELETROBRAS, para levar um grupo gerador desse para lá, tem que atravessar o rio Amazonas. São meses, às vezes, de transporte; é caríssimo o transporte.

Então, fica a sugestão para que expandamos a discussão para algo e, aí, com todas as consultas possíveis, de todos os envolvidos, evidentemente, respeitando a todos, busquemos uma solução definitiva para lá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Obrigado, Dr. Ademir Teles Menezes, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, pela sua participação e contribuição neste momento da discussão nesta audiência pública de extrema relevância e importância para todos nós que vivemos naquele Estado.

Após ouvirmos os três expositores, evidentemente pudemos resumir a gravidade que tem o problema. Esse, talvez, tenha sido o motivo para que nesta Comissão aprovássemos um requerimento para discutir este tema, cuja importância conhecemos.

Então, já fica constatado, na minha opinião, que a crise energética em Roraima não é uma coisa de quem quer falar mal de *a* ou de *b*. É uma realidade que tem que ser enfrentada por todos nós. E nós precisamos aproveitar este momento, que pode ser único, para tirar daqui alguma opinião conclusiva para que possa ser trabalhada, no sentido de equacionar o problema momentâneo agora, porque o que vai acontecer até 2015, 2016, 2017 só Deus sabe. Estamos num caos, numa crise sem precedentes, num colapso de energia no Estado de Roraima, Estado pobre, como o Promotor já disse...

Enfim, quero fazer as minhas considerações finais e as minhas perguntas por último, até por uma questão de cortesia com os que estão aqui participando da



nossa reunião. Primeiro, quero passar a palavra aos inscritos, que vão fazer indagações aos palestrantes.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Cesar Quartiero, que fará a sua participação na Comissão. Pode haver réplica, pode haver tréplica. Aqui, somos democráticos.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, Deputado Urzeni Rocha, quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa, que acho muito oportuna, muito necessária. Está V.Exa. de parabéns.

Quero cumprimentar também o Deputado Estadual Brito Bezerra, que está aqui nos prestigiando, mostrando preocupação e o compromisso que tem com o Estado e com a nossa população.

Quero cumprimentar também os palestrantes, que ouvi atentamente.

Realmente, esta situação do projeto energético do Governo Federal e do Governo Estadual para Roraima não está tendo o desfecho que esperaríamos tivesse.

Eu ouvi aqui atentamente o Sr. Wady Charone Júnior. Ele disse que a interligação foi uma alternativa para resolver o problema do abastecimento, através da Venezuela, o que se provou ser uma aposta errada.

Aqui eu tenho, por exemplo, da *BBC News*, de 4 de setembro de 2013: "*Corte de energia deixa Venezuela sem eletricidade. 70% da Venezuela sem eletricidade*".

E aqui, na reportagem, foram culpados os sabotadores, mas, na realidade, a culpa é da baixa manutenção, da falta de investimentos. E não há como recuperar isso em curto prazo. E diz a reportagem, inclusive, que esses 70% realmente foram muito importantes, mas os apagões são normais, ou quase normais. Aqui há fotos dizendo: "*No hay luz*".

Então, prova-se que a nossa opção de escolher a Venezuela como fonte para suprir de energia elétrica Roraima revelou-se um fracasso. Foi uma aposta. Ninguém poderia supor que se instalaria essa crise na Venezuela, mas hoje esse fornecedor realmente não está nos atendendo, e a prova está aí. O Procurador falou com muita ênfase e muita precisão sobre o descontentamento geral com o fornecimento elétrico, que é consequência dessa política de compras de energia da Venezuela.



O senhor disse que é responsabilidade do Governo religar as termoelétricas. Eu acho que não é responsabilidade do Governo, mas é o resultado da incompetência com a qual foram tratadas as questões da geração e do fornecimento da energia elétrica de Roraima, porque nós voltamos 30 anos, 40 anos no tempo e voltamos a depender de motores térmicos novamente, motores altamente onerosos, extremamente caros.

Nós nos perguntamos, por exemplo: por que não foram aproveitados os recursos hídricos de Roraima, que são excepcionais? Eu ouvi citarem aqui Bem Querer, Paredão 1 ou 2, não sei, e Fé e Esperança — fé e esperança temos nós, o povo de Roraima. Bem Querer, por exemplo, quando eu estive em Roraima em 1976, quando cheguei lá e ainda era território, a gente via nas ruas as camisetas com os dizeres “Bem-Querer é a solução”. Era um política do Governador de então, Ramos Pereira, Brigadeiro, que queria construir Bem Querer. Mas ele tinha outra visão. Ele queria o posto de Bem Querer para fornecer energia e também para viabilizar a navegação direta entre Roraima e Manaus. Ele era amazonense. Então, tinha a visão do transporte fluvial. Naquela época Roraima não tinha estrada para Manaus. Então, essa era a ideia dele. Bem Querer é como Balbina: vai ser um elefante branco, porque vai alagar muita coisa e não vai produzir nada, pois a região é plana.

Mas, enfim, Paredão foi citado. É um pouquinho melhor, mas nós esquecemos de botar a Cotingo, uma hidrelétrica que foi feita pela natureza. Está lá! É simplesmente barrar e aproveitar a energia!

Já aquela construção do Linhão de Guri, que o Brasil, pelo que me consta — desmintam-me se eu estiver errado —, financiou na Venezuela, desde lá até chegar a Santa Elena, foi um gasto grande. Poderiam ter sido feitas a hidrelétrica de Cotingo e a linha de transmissão. E Cotingo dá seis aproveitamentos, pelo estudo que eu vi, até chegar à planície, até chegar à região do Contão, onde começam os lavrados planos. Nós poderíamos ter o projeto único no mundo, que seriam as hidrelétricas e o potencial de irrigar por gravidade 100 mil hectares daquela região, que é árida e não é produtiva hoje. Seria um projeto extraordinário, e foi perdido.

Sobre a questão do Jatapu, também foi feito um empréstimo para recuperá-lo. Que fim levou esse empréstimo, que já foi feito há 2 anos?



Então, eu acho que a questão do suprimento de energia para Roraima foi um erro extraordinário. Essa questão do elevado de Tucuruí sabe Deus se vai acontecer! Vai ter de passar pela waimiri-atroari...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Ah, já resolveram! Ah, que bom!

Nesse meio tempo, disseram que Roraima não pode construir hidrelétricas, especialmente Cotingo, que já está pronta, devido aos impactos ambientais, aos impactos sobre as populações que ali viveriam. Lá, na realidade, a alagação é mínima, algo em torno de 6 mil hectares. Mas agora, em contrapartida, o Governo não pode construir hidrelétrica em Roraima.

Em compensação, ele está prevendo construir barragens, que voltam a ser feitas pela ELETROBRAS, desta vez no exterior. A estatal está realizando estudos para construir três usinas no Suriname e na Guiana e uma linha de transmissão de 1.800 quilômetros que ligará os Estados do Amapá e de Roraima aos demais países e à Guiana Francesa. Ou seja, o Brasil construiria usinas com reservatórios, porque aqui tem de ser a fio d'água; essas ações de energia seriam utilizadas em grande parte por brasileiros, porque nós financiaríamos, e eles comprariam.

Isso foi motivo para a *Folha* dizer que o Brasil gastaria 10 bilhões de dólares para construir duas hidrelétricas na Guiana, em financiamento, porque se trata de um país que não tem condições de fazer empréstimos em âmbito internacional, pois a moeda dele não é reconhecida como moeda, e depois o Brasil compraria. Quer dizer, fizemos um péssimo negócio com a Venezuela. Agora, esse aqui não é péssimo; é simplesmente ridículo, não é?

Portanto, eu acho que a nossa questão energética não está sendo tratada com seriedade. E aí fica a questão: no Brasil dá problema ambiental, problema de atingir populações autóctones, primitivas. Anda-se 100 quilômetros da Guiana e não há problema algum. Não há problema ambiental, não há problema na Guiana, no Suriname. Nós estamos num mundo globalizado. Se nós protegemos, entre aspas, "o nosso meio ambiente" e isso não acontecer no resto do mundo, não adianta nada!

Então, eu já cheguei há muito tempo à conclusão, e até sou visto como radical por isso, de que Roraima é um Estado programado para não dar certo.



Roraima é um Estado programado para não se desenvolver. Todas as iniciativas positivas em Roraima... E aí, sim, o Ademir Teles Menezes, nosso Promotor, disse com muita propriedade: o ambiente para alguém instalar uma coisa produtiva, que gere emprego, que gere renda, é completamente hostil. Não há energia, não há estrada, não há nada.

E aí, sim, realmente, a gente até compreende o tremendo esforço que a CERR faz, mas também o Governo Federal, até pouco tempo atrás, prometeu — e exigiu, até — que fosse instalada a energia nas comunidades indígenas. Só que os indígenas não pagam, e isso é caríssimo. É longe, é muito difícil! Isso também serviu para a endividar a CERR. Isso é antieconômico, e quem deveria fazer, na realidade, esse apoio às comunidades indígenas é quem demarcou as áreas — no caso, o Governo Federal. A responsabilidade da FUNAI é do Governo Federal; não é do Estado. O Estado assumiu esse custo, o que levou a esse desastre de 600 milhões de endividamento do nosso Estado. Somam-se a 2 bilhões já.

Nosso Estado tinha uma vantagem quando o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto faleceu: ele deixou o Estado sem dívida e com 80 milhões — não sei se é esse número exato; falam nesse valor — em conta. Hoje nós temos um Estado que continua sem infraestrutura nenhuma, sem nada que possibilite o seu desenvolvimento, e estamos devendo mais de 2 bilhões.

O nosso presente é difícil, e o nosso futuro foi comprometido. Esta é a realidade!

A gente vê o conjunto de medidas que são tomadas pelo Estado e se lembra daquela história, que não sei quem disse, de que o subdesenvolvimento não é acidente; é planejado. O atraso de Roraima também é planejado. Não acontece por acaso.

Então, é isso! Agora, qual é a solução? Vamos em frente! Eu acho que teríamos, sim, que recuperar essa questão do Cotingo, que está caindo de maduro. Mas não se pode fazer isso! Virou tabu! Na Guiana pode!

Hoje o Brasil financia no cerrado, nas savanas da África, a agricultura. Está levando o dinheiro brasileiro, está levando a tecnologia da EMBRAPA, que é o nosso patrimônio, para financiar os países africanos, para combater a fome no mundo. Nas savanas africanas não há problema ambiental algum, não se atingem



as populações, não se prejudica ninguém. Agora, em Roraima não pode. Em Roraima nada pode!

Eu acho que nós temos que refletir um pouquinho, começar a inverter essas coisas e procurar soluções simples. Vamos fazer hidrelétrica com o dinheiro que era do Linhão de Guri. Dá para fazer Cotingo. Se isso tivesse sido feito, nós seríamos autossuficientes até hoje, e seria uma energia segura. E agora o Linhão de novo, extraordinário. Nós poderíamos ter uma hidrelétrica lá, inclusive para ajudar o Brasil numa crise. Não sei quem disse aqui — nem sei se foi aqui que disseram — que nós temos a vantagem de que, quando no Amazonas os rios estão baixos, em Roraima eles estão cheios. Nós poderíamos ajudar a contribuir, não simplesmente ser um Estado que só recebe recursos do resto do País e acaba — não por causa da população, mas por questões estruturais — não contribuindo em nada com o desenvolvimento nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Deputado Paulo Cesar Quartiero, obrigado pela sua importante participação. Passo a palavra a alguém que queira fazer algum comentário.

Vamos fazer essa dinâmica aqui, Paulo, que fica melhor.

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO DE SANT'ANA BARROS ESCOBAR - Eu agradeço. É duro ser o patinho feio. Eu represento a empresa mais criticada, cheia de complexidade, porque é pequena, e tem muitas dificuldades de gestão e tudo o mais. Eu não tiro a razão do Promotor em todas as coisas que ele colocou sobre as questões da qualidade do nosso serviço, que realmente é ruim. Nós reconhecemos isso. E é muito duro ser diretor de operações em tempo real lidando com isso. Todos os dias, com mais 180 localidades, nunca se tem 100% de tudo funcionando. Todos os dias nós temos problemas. Já têm 40 anos aqueles sistemas, com redes de madeira. Antigamente não tinha nem indústria de concreto lá, então era madeira, e está tudo envelhecendo ao mesmo tempo, e nós realmente não damos conta disso.

Com relação a Jatapu, quero esclarecer que eu estou na empresa há 30 anos. Cheguei lá recém-formada, em 1982, tive oportunidades e vivi vários momentos na empresa, momentos de planejamento, momentos em que as coisas dão errado. Na época do Jatapu, tive a oportunidade de, em 1994, estar na diretoria



técnica. Recebi a responsabilidade de montar a usina. Naquele tempo, ela foi desenhada realmente para quatro turbinas, mas nunca teve as quatro turbinas. No início, eram duas turbinas, apenas porque a gente não tinha carga, em 1994, para operar com as quatro turbinas. E agora o recurso, Deputado, que foi alocado não está dentro desses 600 milhões, é um recurso à parte, obtido por empréstimo do BNDES, e estamos investindo. Eu até convidaria os senhores para conhecer neste momento.

Nós estamos recebendo, desde setembro até agora, os equipamentos. Antes tinha duas turbinas, nós estamos recebendo mais duas novas agora e vamos revitalizar as duas antigas, que estavam com baixo rendimento. É um momento bom para os senhores visitarem e criticarem também, porque a gente estamos em pleno serviço de ampliação lá.

O que nós queremos fazer? Dar uma utilidade maior para aquele lago. É um lago de 15 quilômetros quadrados. Se fizermos a sua relação com a energia gerada, realmente é muito baixa. E a gente está procurando melhorar esse rendimento com essas quatro unidades, mas vai ser uma usina que só vai atender a dois Municípios praticamente: Caroebe e São João da Baliza. E ela não pode ser interligada ao sistema, existem as restrições desses contratos todos. A gente tem que discutir o futuro de Jatapu. Mas, como é uma coisa que já foi degradada naquela época, ela pertence à mesma Bacia do Uatumã, que é Bacia de Balbina, tem suas características dentro da floresta e uma série de coisas, ela está lá, e nós temos que operar. E eu tenho que operar isso, é o que eu tenho.

Com relação à questão do Cotingo, eu também estava lá em 1995, respondendo pela presidência, quando nós estávamos fazendo serviço topográfico, e os indígenas invadiram a área. Foi aquela confusão com a polícia, e a gente parou. E o próprio setor elétrico depois retirou da pauta, como a EPE retirou da pauta do estudo do inventário, no momento em que estava havendo a demarcação da Raposa Serra do Sol, em que nós conhecemos a atuação do senhor. Eu achei até muito bacana a sua exposição sobre essa questão, e ela tem que ser retomada mesmo. Os próprios indígenas hoje querem energia. Eu estava fazendo os estudos, em 2010, da implantação das minicentrals e da elétrica para atender à universalização, e a FUNAI fez tanta confusão, que a gente perdeu os recursos. Eu



já tinha contrato com a ELETROBRAS, e nós perdemos os recursos por causa disso. Então, eu não sei qual a forma de encaminhamento que tem ser dada a esse assunto aqui.

Eu só queria dizer para o meu nobre Promotor que eu passo dia respondendo às suas ações. (*Risos.*) Eu sei que teve muitos problemas nas gestões anteriores. Não estou aqui para me defender, mas eu quero dar meu testemunho de público, porque eu sei que isso aqui está sendo gravado e tenho que responder sobre isso. Eu tenho dedicação total àquela empresa. Faço tudo para dar certo. Agora, infelizmente, eu administro um negócio que é doido e complicado. Heranças ou não, decisões boas ou não, mas é aquilo que nós temos para gerenciar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Dr. Ademir, quer fazer algum comentário sobre a participação do Deputado Paulo Cesar Quartiero?

O SR. ADEMIR TELES MENEZES - Inicialmente, Conceição, quero dizer à senhora que jamais a gente pessoaliza qualquer assunto. São questões realmente institucionais e empresariais. Eu sei do esforço da senhora. Não é a senhora que é culpada pessoalmente. Isso são políticas públicas, às vezes, equivocadas, políticas de governos, não só do atual Governo, de governos que vêm administrando. Isso não é de hoje, como a senhora disse. A senhora, que está no sistema de Boa Vista há 30 anos, sabe, a senhora é realmente uma testemunha viva da história energética de Roraima. Não é pessoal.

O que nós temos que fazer é buscar alternativas, discutir essas alternativas possíveis. Por exemplo, em Jatapu, a senhora disse que está fazendo uma restauração, uma reestruturação. Eu vou fazer uma visita, vou comunicar à senhora o dia em que eu for a Jatapu. Vou fazer uma visita de novo *in loco*, porque o que a gente quer é que a população do sul do Estado — Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá — tenha energia elétrica. Não é possível a gente pensar em Roraima só como capital, só como Boa Vista, como me disseram os empresários de Rorainópolis: *“Eu vejo aí a briga de vocês, e sempre o foco da mídia é Boa Vista; Roraima não é Boa Vista somente; somos todos nós”*. É verdade.

Querida fazer essa observação e dizer que nós, no Ministério Público, queremos buscar conjuntamente com os senhores soluções, não é ação judicial.



Ação judicial é o último recurso que nós temos. Nós chamamos para compor, para tentar fazer um ajustamento de conduta, mas, se não der certo, recorreremos à ação judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Tem a palavra o Sr. Wady Charone Júnior.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Promotor, vou até pegar uma carona, porque o senhor disse uma coisa que eu acho essencial. Quando temos um problema, não devemos buscar culpados, e, sim, buscar soluções. A gente tem que dar as mãos. O que menos vai importar é saber quem são os culpados, quem errou, por que errou e qual foi o acordo. Se isso agregasse valor, seria ótimo, então, falarmos sobre isso, mas isso não agrega valor.

Quando o senhor diz que houve erro do Governo no planejamento, eu posso dizer que este Governo tem planejamento. Se há falhas nos planejamentos, nós temos que justamente buscar qual a causa que está levando a ter falhas nos planejamentos. Eu estou acompanhando muitos casos neste Governo e acredito piamente que este Governo tem boas intenções de sempre buscar a melhor solução possível. Erramos? Erramos. E temos que reconhecer os nossos erros. Nesse caso, nós temos muitos erros, sim.

Agora, todo o mundo está focando em como trazer soluções. É lógico que as soluções agora partem de três vertentes. Tem que haver soluções de curto prazo, que não são as melhores, são paliativas, são soluções longe de serem as melhores possíveis. E, quando eu coloquei em foco aqui o potencial hidrelétrico de Roraima, eu não coloquei Cotingo, até de propósito. Eu estava querendo que alguém falasse sobre isso. Eu acho um absurdo, realmente, Cotingo não estar sendo vista mais, porque as barreiras são imensas, são terrivelmente grandes. Era um desejo meu, como empregado da ELETRONORTE. Quando eu assumi a diretoria, quando eu conheci Roraima e conheci Cotingo, eu fui pela primeira vez a Roraima, e a única coisa que eu disse foi que queria essa hidrelétrica. O Ministro àquela altura era o Silas. E eu cheguei a falar com o Ministro que precisávamos fazer essa hidrelétrica, tínhamos que ver o que fazer. Hoje eu descubro, com a maturidade que eu estou ganhando ao longo do tempo, que nós precisamos nos envolver mais com vocês,



políticos, para trazer coisas que são importantes para debaterem e atuarem mais ativamente.

Acredito que nossa aproximação de vocês, para dar informações mais adequadas e precisas a fim de podermos desenvolver melhor este País, se torna necessária, assim como se torna necessária a união dos políticos da grande Região Norte deste País, porque é necessário que nós estejamos unidos. Nós temos uma equação muito complicada e difícil. Falou-se que nós não podemos fazer usinas com reservatórios só a fio d'água. Isso é muito ruim para a sociedade, é muito ruim para o nosso País. A questão é que ninguém coloca na equação o custo que a sociedade paga por nós não estarmos fazendo esse tipo de coisa. Ninguém coloca na equação o preço que se paga por tudo isso.

Quando o Governo tem alternativas de outros países para liberar e para fazer usinas de reservatórios, ele está dando o tiro certo, sim, Deputado, porque nós precisamos de energia hidráulica, e, quando se vê energia hidráulica vindo pela margem contrária, também se torna um elemento importante a ser trazido. Lógico que não é excludente o que eu estou dizendo, mas, para a somatória de potencialidade energética de que este País precisa, é necessário que nós tenhamos várias equações possíveis de serem observadas e trazidas para o nosso campo de ação. Nós podemos explorar muito mais do isso. É lamentável nós não estarmos quebrando barreiras no nosso País, se temos condições de construir uma usina hidrelétrica já com redução de impactos ambientais muito grande. Belo Monte é um exemplo. No primeiro projeto, havia um impacto muito maior do que o de hoje, mas até hoje nós temos problemas sérios na construção de Belo Monte. E nós vamos ter com outras usinas em nosso País.

Quando se fala que nós somos ricos em potencialidade, também somos ricos em contradições e em ações proativas que quebrem barreiras que possam nos levar a modificar o formato que existe hoje de impossibilidade, mas as impossibilidades são resolvidas se nós dermos as mãos. Nós temos que compreender mais a situação e nos unir. Eu diria que isso realmente é importante. Começar a me aproximar muito mais do campo político está sendo uma das minhas metas, no intuito de dar conhecimento aos senhores, trocar ideias, a fim de fomentar politicamente uma mudança de regra do jogo. A mudança que se dá hoje leva a



esse sentimento. Roraima tem um potencial fantástico de energia elétrica, e os grandes consumidores, as grandes indústrias, estão em busca de mais confiabilidade.

Ora, qualquer indústria que queira se implantar num Estado como Roraima ou o Amapá pensa duas vezes e se pergunta qual o grau de confiabilidade dessa energia. Quando ele se vê no contexto de um ambiente interligado, ele já começa a pontuar positivamente essa confiabilidade, porque, sendo interligado, permite darmos uma condição bem mais forte do ponto de vista de frequência elétrica, de tensão, e assim vai. Então, esse caminho de interligação é um caminho atrativo para grandes indústrias, para grandes consumidores. Começa por aí uma das coisas importantes da interligação.

Outro ponto que os grandes consumidores questionam é que tipo de energia você tem para me dar. É uma energia cara ou uma energia barata? A energia térmica é cara. A energia hidráulica é barata. Esse é outro fator de atratividade para o nosso País. Se queremos que a nossa indústria cresça no nosso País, temos que viabilizar energia barata para o nosso País. Então, vem outro fator.

Sinceramente, assim como eu vejo o Amapá como um Estado com alta capacidade de explorar PCHs e usinas hidrelétricas, eu vejo Roraima com uma alta capacidade também, se a gente se unir e se desarmar. Agora não me interessa muito quem é o culpado. Já temos uma mea-culpa, já temos a situação configurada, temos um processo que se configurou que não foi feliz de ter o povo agora sofrendo com queda de tensões. Isso não é bom, é ruim para todos, tanto é ruim para a sociedade que está vivendo o problema, como é ruim para nós que estamos lá presentes. A nossa imagem também está sendo comprometida, e a gente também sente isso. Então, nós estamos vivendo um momento agonizante, que não é bom, é ruim para todos nós, mas nós estamos sempre tentando buscar a melhor solução possível e correndo atrás do tempo.

Eu fiz uma provocação de usar as usinas hidrelétricas que vocês têm lá, e não coloquei Cotingo, de forma proposital, sim. Eu queria muito que houvesse uma manifestação nesse ponto. Se alguém puder se posicionar sobre esse assunto da nossa ausência como técnico junto a vocês políticos, a ponto de nós podermos alavancar coisas melhores, será bom.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Gostaria de dar maior celeridade à nossa reunião, dado o avançar da hora, porque está todo mundo com fome, mas a gente quer aproveitar o máximo este momento. Eu gostaria de pedir a todos que continuassem firmes. Vamos firmes, que a discussão está boa!

Convido o Deputado Paulo Cesar Quartiero a assumir a presidência dos trabalhos.

Agradeço ao Deputado Leonardo Gadelha a presença. V.Exa. é um roraimense! Tem V.Exa. a palavra para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Nobre Presidente Urzeni Rocha, eu gostaria de sintetizar os meus cumprimentos aos componentes da Mesa, por intermédio de V.Exa., e de dizer que a feliz iniciativa da sua lavra traz uma série de possibilidades no que tange à reflexão.

A primeira delas que eu gostaria de fazer é muito mais uma constatação. A exemplo do que foi dito anteriormente, eu quero crer que, quando se atinge um *status quo*, como foi atingido pela população de Roraima nesse tocante, obviamente isso nunca é função de um governo apenas. Isso é um processo histórico que vem sendo construído há algumas décadas e que descamba numa situação como essa. Por outro lado, há uma reflexão que eu acho que é muito mais benigna e diz respeito ao funcionamento das instituições. Eu achei muito interessantes todas as exposições que foram feitas, porque me parece que cada um dos atores que hoje ocupou o microfone tem muita consciência do seu papel para a solução desse problema. Eu chamo a atenção inicialmente para a participação do representante do Parquet, uma participação sem nenhum tipo de histrionismo, sem nenhum tipo de maniqueísmo. Isso é muito importante para a construção do consenso, para a construção da solução, porque muitas vezes nós temos a tendência — esse é o modelo político brasileiro — de confrontar bons e maus, um modelo maniqueísta permanente. E é muito importante, para que a gente solucione o problema, que a gente se dispa desse tipo de preocupação.

E, do ponto de vista do representante da ELETRONORTE, parece-me que se tem um quadro muito claro das demandas e das necessidades da população de Roraima. Isso é o mais importante. Quando se delimitam essas demandas, quando



se delimitam essas responsabilidades e se está atento ao atendimento dessas demandas, a gente dá um passo muito significativo para a solução do problema.

Eu quero também trazer a visão de quem, como disse o Deputado Urzeni Rocha, não é roraimense, mas consegue transpor o problema vivenciado por vocês para a minha realidade. Eu sou representante da Paraíba, e a Paraíba, entre as 27 unidades da Federação, é aquela que tem o pior balanço hídrico do País. Deixadas as coisas como estão, a conta não fecha. Nunca a oferta de água será igual à demanda dos 3 milhões e 600 mil paraibanos, ainda que nós tenhamos um inverno normal, precipitações regulares. Ainda que elas existam, nós não supriremos a demanda. Resultado: há 150 anos se discute a construção do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, que é a única solução plausível. Nós precisamos trazer água de outros mananciais. E, durante muito tempo, por mais de duas décadas, nós encontramos uma resistência absolutamente radical por parte dos que talvez agora se posicionem contra a construção dessas pequenas hidrelétricas em Roraima, que sem conhecimento técnico da matéria têm o hábito de construir quimeras e transformá-las em verdades absolutas. Nós na Paraíba vivenciamos isso por duas décadas.

Hoje se fala do atraso na construção da transposição de águas do Rio São Francisco, mas se esquece de que, durante duas décadas, a mídia organizada do Sul do País se insurgiu contra a construção da transposição, alguns grandes atores da cena política se insurgiram contra a construção dos canais da transposição. E acho que *mutatis mutandis* é a realidade que vocês vivenciam agora em Roraima. E nós tivemos a capacidade, a obstinação e a irresignação para perseverar. Nós tínhamos consciência plena de que o processo de desenvolvimento da Paraíba estava atrelado à construção da transposição, a trazer água de outros mananciais, assim como eu tenho certeza de que vocês sabem que o processo de desenvolvimento de Roraima está atrelado a trazer energia de qualquer que seja fonte, seja ela produzida ali mesmo, seja ela trazida de outros quadrantes do Brasil e do mundo, a exemplo desse linhão que está sendo construído e que é prometido para o ano de 2015.

Então, a minha palavra, como paraibano que está prestes a receber algo — a nossa expectativa é que a nossa transposição esteja pronta até 2015 e que se inicie



um novo ciclo de desenvolvimento na Paraíba — é que vocês perseverem, que possam continuar buscando a melhor solução do ponto de vista técnico. Eu quero crer, pelo que vi — não sou um conhecedor profundo da matéria —, que a solução para o Estado de Roraima está na conjugação de uma série de esforços. E não há uma solução única, uma resposta única, mas uma conjugação de uma série de esforços, e eu não tenho a menor dúvida de que vocês vão contar com a sensibilidade do restante do País.

Para finalizar minha participação, Deputado Urzeni, eu acho que o pano de fundo dessa discussão é o pacto federativo.

Vocês disseram que em Roraima estão 500 mil brasileiros, meio milhão de brasileiros, e eu fico muito feliz de o Parquet ter uma posição tão clara e rigorosa em defesa dos interesses não só coletivos, mas difusos. Eu acho que em Roraima talvez os interesses difusos sejam até mais importantes, em função da conformação geográfica e demográfica do Estado. É muito importante que a gente tenha esse caldo para construir e para fazer essa discussão com o restante do País.

Mas por que o meio milhão de brasileiros de Roraima não merece energia de boa qualidade? Eles merecem, e é importante, eu fico muito feliz que a ELETRONORTE tenha demonstrado tanta sensibilidade para com esse problema. Parabenizo-a, desde já, porque se está montando um planejamento para o atendimento dessa demanda, mas eu acho que a gente pode estender essa discussão. Vocês podem e devem buscar parceiros em outros Estados da Federação. Eu repito: a dor de Roraima com a carência energética é muito semelhante à dor da Paraíba com a carência hídrica. Nós sabemos que uma coisa está absolutamente interligada a outra. Só teremos desenvolvimento na Paraíba se tiver água; vocês só terão desenvolvimento em Roraima se tiverem energia.

Que bom que a ELETRONORTE esteja atenta ao problema, que bom que já haja soluções técnicas planejadas, que bom que o Parquet tenha esse posicionamento, não aja com maniqueísmo, nos ajude a construir a solução, e que bom que Roraima tenha um Deputado como V.Exa., Urzeni Rocha, que traz em tão boa hora um debate tão importante como este para o Parlamento brasileiro! Meus parabéns!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Só tenho que agradecer ao nosso colega Deputado paraibano e roraimense as palavras estimulantes. Eu vou intitulá-lo roraimense daqui para a frente. Até a sua experiência e a história da Paraíba o senhor nos coloca paralelamente ao nosso problema, e isso sem dúvida nenhuma será um incentivo para a nossa perseverança, como V.Exa. disse.

Evidentemente, cada um busca lutar pelos seus ideais, pela responsabilidade que nós temos com cada Estado que nós representamos. Eu sei que V.Exa. representa muito bem a Paraíba, e nós, em Roraima, temos bons quadros de Deputados que também estão aqui nesta Casa, todos atentos aos problemas e à demanda que o nosso Estado tem. Por isso, quero agradecer a V.Exa. a participação, que foi extremamente importante para todos nós.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Deputado Brito Bezerra, Deputado Estadual atuante, que tem atuado muito na defesa dessa questão no Estado e sido um parceiro do nosso Promotor no debate dessa situação da energia de Roraima.

Com a palavra o Deputado Brito Bezerra.

O SR. DEPUTADO BRITO BEZERRA - Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer o convite a cumprimentar ao mesmo tempo o Deputado Urzeni Rocha, a Dra. Conceição, lá do nosso Estado, que aqui representa a CERR. Se eu não cumprimentar os demais representantes de instituições, cumprimento o meu amigo e atuante promotor público de defesa do consumidor do Ministério Público Estadual, o nosso parquet, Dr. Ademir, que tem trabalhado efetivamente na defesa do consumidor do nosso Estado. Incansavelmente eu sou testemunha disso, porque tenho acompanhado várias audiências públicas. Isso na minha área da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Nas demais, eu tenho acompanhado de longe, mas tenho visto. Cumprimento o Deputado Paulo Cesar Quartiero, esse incansável guerreiro também na defesa do nosso Estado e, em seu nome, os demais Deputados aqui presentes.

Eu quero pegar o gancho do nosso colega paraibano roraimense, Deputado Federal, quando ele fala do pacto federativo e trazer a reflexão que está ali no quadro do nobre Deputado Franco Montoro, que foi Presidente desta Comissão. Ele diz aqui *“Mais grave do que a miséria dos famintos é a inconsciência dos fartos”*. O Estado de Roraima é faminto de tantas coisas, e o nosso País, diante da maior



carga tributária do mundo, o maior recolhedor de impostos do mundo, é tão rico, o Poder Executivo detém tantos recursos, e nós estamos tão miseráveis.

Eu digo que o Estado de Roraima é o Estado problema para o nosso Brasil. Por que o Estado problema? É o Estado que não tem estradas, as poucas estradas que tem, as BRs federais... Agora, eu acredito que diferentemente dos outros Estados da Federação, Deputado, nós estamos recebendo do DNIT um ultimato para que aquelas pessoas que residem ou comercializam ali na faixa de domínio das fronteiras sejam imediatamente retiradas daquelas áreas — elas têm um prazo de 30 dias —, porque a lei não permite que naquela faixa de domínio de 50 metros essas pessoas possam residir ou comerciar. Eu não tenho notícia disso acontecendo em outro Estado da Federação, mas em Roraima já está acontecendo. Aliás, eu fiz um expediente para os Deputados Federais, para os nossos Senadores, e estou acompanhando de perto, para que nós possamos fazer um convênio e tomar providências.

Nós somos um Estado que tem mais de 70% do seu território demarcado como área de preservação ambiental, área indígena, enfim, nós somos quase impossibilitados de produzir para suprir a necessidade de 500 mil habitantes, meio milhão de habitantes. Enquanto Roraima é um Estado problema para o País, para esse meio milhão de habitantes, ele é a única solução para que possamos sonhar, para que possamos ter uma melhor qualidade de vida para nós e para as futuras gerações, filhos e netos que virão. É o Estado mais miscigenado do Brasil. Recebemos lá pessoas de vários outros Estados da Federação, inclusive muitos paraibanos, de Brejo dos Santos e Catolé do Rocha, que lá residem e são grandes amigos.

Nós temos vários outros problemas, mas especificamente essa questão da energia no nosso Estado, que o Deputado Urzeni Rocha trouxe aqui para esta Comissão em muito boa hora.

Nós precisamos não só atender o consumo residencial, para que as pessoas tenham uma qualidade de vida, mas também pensar e efetivamente trabalhar para que seja resolvida a questão energética, porque nós precisamos produzir no nosso Estado. Nós vivemos da única matriz econômica, ainda, que é o contracheque.



Eu vi quando V.Exa. falou aqui que o Estado da Paraíba precisa impulsionar a sua economia, trazer novos modelos de desenvolvimento, e o nosso Estado ainda precisa encontrar um modelo de desenvolvimento. Nós não temos infraestrutura, ou seja, estradas e energia são o mínimo necessário. As estradas já estão sendo trabalhadas — a BR-174 a gente concorda que melhorou muito —, mas nós precisamos da questão energética, senão não vamos conseguir produzir em grande escala, não vamos conseguir industrializar.

Hoje, nós consumimos artigos produzidos e industrializados em outros Estados da Federação. Nada que atende à demanda de Roraima é produzido lá. Nós tínhamos o arroz. O Deputado Paulo Cesar era o maior produtor de arroz, atendia o Estado de Roraima e outros Estados da Federação, e, depois das questões indígenas, das demarcações, foi impossibilitado de produzir naquele Estado — não só ele, como outros produtores.

E vejam V.Exas., em audiência pública também, Deputado Urzeni, eu ouvi um indígena dizendo que na área em que o Deputado Paulo Cesar produzia e atendia à demanda do Estado e de outros Estados da Federação, hoje, nós estamos passando fome, porque não conseguimos produzir. Quer dizer, não atendeu à população indígena, não atendeu à população empresarial. E atendeu a quem?

Então, Roraima é um caso que nós precisamos estudar. O Parlamento Federal tem que se debruçar, buscar recursos, e aí o poder público estadual tem que efetivar esses recursos, aplicar com seriedade e com celeridade. O nosso Estado urge de providências!

Do sul do Estado, que é atendido pelo Rio Jatapu — São Luiz do Anauá, São João do Baliza, Rorainópolis, Caroebe —, eu recebo direto, por ser da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, ligações e demandas de Vereadores daqueles Municípios. Como disse aqui muito bem o Dr. Ademir, os produtos se perdem nos *freezers*. Eles perdem tudo, o prejuízo é grande, eles deixam de gerar emprego e renda; é um caos na questão econômica e também um caos na questão social. Já passamos do tempo de resolver as questões de energia no nosso Estado.

Seiscentos milhões de reais foram aprovados lá pela Assembleia Legislativa do nosso Estado, e eu votei, porque se não está resolvendo com dinheiro, e sem dinheiro? Então, nós vamos aprovar, o recurso vem, mas vamos resolver o problema



energético do nosso Estado, criar infraestrutura, produzir, gerar postos de trabalho, para que deixemos de ser o Estado problema para o País, passemos a produzir as nossas riquezas e gerar a nossa dignidade.

E a minha pergunta é: qual a política definida pelo Governo Federal para resolver a questão energética de Roraima e quando efetivamente chegará essa política?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Quem vai responder é o Wady.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Como é esse processo? Quando fiz uma apresentação, coloquei alguns agentes importantes que fazem parte do Governo. O Governo Federal adquiriu a EPE justamente para fazer planejamento eletroenergético do Brasil.

Para Roraima especificamente, a EPE pega algumas condições de cargas existentes. Elas são demandas que vêm de vários agentes que estão no Estado de Roraima. Em cima das demandas de carga, começa a configurar-se um planejamento eletroenergético para qualquer local do País. Mas parte-se da premissa de se ter essa previsão de carga. Quanto mais acertada a previsão de carga, quanto mais próximo de ser considerada demanda reprimida, viabiliza-se talvez uma antecipação de obras para o Estado.

Então é muito importante, neste momento, que os agentes presentes no Estado saibam se posicionar com a previsão de carga, o montante previsto e qual a perspectiva de crescimento dessa carga. Isso se torna elemento importante para o planejamento eletroenergético, através da EPE. Este é um ponto.

Outro ponto é aquilo que é visto, ou seja, quais os potenciais hidráulicos existentes em várias localidades e quais as dificuldades de fazermos ou não esse empreendimento. Isso também faz parte de uma matriz de planejamento. Acima desses Estados, o que tem de ser vetado, o que há em estudos, o que há de R-1, de R-2, e assim em diante? São vários estudos. Como se posiciona a EPE para considerar isso num projeto de expansão do Estado? Tudo isso é voltado por um conceito interligado no próprio País.



Do ponto de vista da EPE, por exemplo, o que coloquei foi a própria interligação, que faz parte do planejamento energético, e o estudo das usinas. Os contíguos ficaram fora, por ser considerada uma área de difícil solução.

O SR. DEPUTADO BRITO BEZERRA - Posso interrompê-lo?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - À vontade.

O SR. DEPUTADO BRITO BEZERRA - Acreditamos que esses estudos de demanda já existem. A CERR já tem esse estudo de demanda atual, demanda reprimida, e as expectativas de demanda para o futuro, porque é um Estado que precisa ter esse planejamento.

Acreditamos que a CERR já tem isso. Portanto, só vejo uma saída aí: o linhão, que vem de Tucuruí, que provavelmente chega no final de 2015. Correto, ou final de 2014?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - O indicador para 2015 é de o linhão chegar lá.

Considerando que houve um pequeno atraso em decorrência da negociação com os índios, estamos estimando para 2016.

O SR. DEPUTADO BRITO BEZERRA - Para 2016? Já houve essa negociação com os índios?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - A negociação já foi fechada. Já passou por resoluções de diretoria executiva o conceito de fechamentos, os convênios a fazer, os aditivos de convênios. Com isso, resolvemos os problemas com os índios.

O SR. DEPUTADO BRITO BEZERRA - As demais hidroelétricas e matriz energética própria do nosso Estado ainda estão em estudo?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Ainda estão em estudo.

Veja só, aí existem vários elementos importantes. Como eu disse, devemos nos aproximar mais de vocês, porque esse é um fator importante. Considerei o seguinte: estamos muito no campo técnico, só discutimos isso entre nós, no nosso mundo, todos sabendo da nossa preocupação. Mas existe hoje um fator altamente importante a ser considerado. Os políticos precisam estar presentes, conhecendo tudo. A troca de conhecimento leva os políticos a irem junto conosco ao Ministério de Minas e Energia, com uma demanda bem específica, já sabendo direitinho a direção interessante a ser perseguida.



Penso que temos oportunidades muito boas de começar a fazer esse processo de aproximação muito maior dos políticos, para fomentar debates, dar informações, fazer provocações. É muito importante o envolvimento dos senhores nessas questões junto conosco, para podermos termos uma equação tanto técnica quanto política no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, informo a todos que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, *on-line*, pela Internet. Já chegaram várias perguntas dos internautas a mim. Acho que, antes de encerrar a reunião, vou fazer as perguntas dos internautas.

Deputado Paulo, a Dra. Conceição quer fazer uma consideração.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO DE SANT'ANA BARROS ESCOBAR - O estudo de mercado é feito a longo prazo, mas anualmente ajustamos isso junto com a ELETROBRAS, inclusive. Esse estudo é analisado pela Empresa de Pesquisa Energética e tudo o mais e, depois, é aprovado.

Temos realmente uma demanda reprimida muito grande, principalmente os grande produtores. Se colocássemos a demanda hoje, não teríamos oferta para atender a ela, devido às limitadas citadas aqui. Há tanta limitação na oferta da Venezuela, hoje, quanto no nosso sistema de subtransmissão.

Temos conversado com alguns dos nossos produtores. Vamos nos reunir com eles esta semana para discutir este assunto.

Outra coisa a ser tratada, e é um assunto delicado, é o seguinte. Quando a maioria das pessoas pensa em alternativas ao potencial hidráulico da região, é preciso conhecer como o setor elétrico funciona. Quer dizer, não se vai gerar energia só para atender ao Estado. Está-se entrando num sistema interligado, e a compra de energia funciona por meio de leilões.

Essa discussão tem de vir para o âmbito do Estado, para ver como o setor vai se estruturar em Roraima. Por isso existe a discussão sobre se vamos fundir as duas empresas em uma distribuidora forte, ou se vamos esperar a CERR se recuperar para entrar nisso, porque aí teremos de entrar num regime regulado. Essa discussão precisa ser entendida pela própria gestão do modelo do setor em Roraima.

Isso é muito importante. Não podemos perder de vista essa discussão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Deputado Paulo Cesar, V.Exa. gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Gostaria de complementar dizendo à Dra. Maria da Conceição que não critico a CERR, sou até admirador do seu trabalho. Acho que a CERR foi levada à situação difícil devido à política de empreguismo e de sucateamento, que não foi feita pela Diretoria da CERR, foi imposta.

Então, acho também que relativamente à questão de o Governo oferecer energia para quem não pode pagar — e não estou entrando nesse mérito — a situação é difícil.

Contudo, preocupou-me realmente a afirmação do Sr. Wady Charone Júnior ao dizer que está saudando como grande opção o investimento no exterior.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Deixe-me explicar.

O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Deixe-me terminar, depois o senhor comenta.

Preocupo-me com isso, porque estive em reunião na Federação da Indústria do Estado do Pará, em 2010, ocasião em que estavam representantes da Federação do Comércio e da Federação de Agricultura. Estavam lá representantes de praticamente todo o mundo industrial e econômico do Estado do Pará, inclusive a ex-Governadora Julia Carepa e o pessoal do PT. Era uma palestra do Ministro José Dirceu. Ele tinha saído do Ministério, mas tinha ainda trânsito e poder no Governo, como tem até hoje. Ele é muito envolvente, é muito carismático. Eu não o conhecia pessoalmente. Realmente, ele é muito bom ao se expressar.

Fiz uma pergunta a ele, dizendo da situação do Estado de Roraima, mostrando que todo o território e os recursos naturais estavam sendo engessados devido à política ambiental e indígena e perguntei o que o Governo queria, o que o Governo planejava para Roraima, sendo que o acesso a todos os meios de desenvolvimento do Estado estava sendo retirado da população.

Ele disse lá — e isso está registrado, tenho os registros, todos presenciaram — que o Estado de Roraima teria que se conformar, porque o Governo brasileiro teria que atender aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil na questão



da preservação de minorias étnicas, da preservação dos recursos naturais, da preservação do meio ambiente. Roraima teria que se conformar com isso.

Na mesma oportunidade, depois da palestra, depois de cumprimentá-lo, ele disse a todos nós que estava indo à Guiana justamente discutir esses investimentos. E aí a gente acompanha o que aconteceu com os investimentos lá na Bolívia — a questão do nosso líder indígena, o Presidente Evo Morales —, em que nós perdemos o investimento; na questão dos investimentos em que a Presidenta perdoou quase 1 bilhão de dólares da África. E, inclusive, vemos as manchetes dizendo que, após o perdão concedido ao Congo de quase 300 bilhões de dólares, a Primeira-Dama do Congo foi a St. Moritz, uma cidade turística da França, comemorar o seu aniversário e gastou 1 milhão de euros na festa.

Então, preocupa-me essa questão dos investimentos no exterior. Sinceramente, cheira-me a alguma coisa meio esquisita, mas tudo bem. E também o senhor diz também das dificuldades, das pressões, mas Getúlio Vargas já dizia que um país que não tem controle sobre seus recursos naturais é um país que não tem projeto nem futuro como nação. Não foi bem isso o que ele disse, mas o resultado é esse.

E aqui nós estamos sob pressão. Pressão de quem? Por pressão de quem nós não podemos utilizar nossos recursos naturais? São pressões da sociedade brasileira? Não, são pressões externas. Então, acabou a nossa soberania, aceitamos alegremente o nosso papel de colônia do mundo?

Certas coisas são um divisor na vida! É um divisor, nós temos um divisor, é uma encruzilhada. Se nós não conseguirmos construir em Roraima a hidrelétrica do Cotingo, nós, Estado, não temos viabilidade como Estado. É simples entender isso!

Se nós não tivermos força, como ente federado, para lutar e conseguir vencer quando o nosso interesse está em jogo, nós não temos condições de sobreviver. Essa é a realidade. E, nessas pequenas coisas, aí, sim, eu compreendo a sua afirmação, porque o senhor entende num quadro mais amplo, mas, para nós, é questão até de soberania do Estado nós termos possibilidade de utilizar os nossos recursos naturais.



Temos 87,5% das terras do Estado hoje comprometidas, entre reservas ambientais e áreas indígenas, que estão à margem do uso para desenvolver o nosso Estado.

Esse discurso de preservacionismo me lembra o Presidente Hugo Chávez. Ele disse que a vitória do colonizador é fazer o colonizado pensar conforme ele quer. E aí nós ficamos nessa história de preservar o meio ambiente e preservar as áreas indígenas. No dia 4 de novembro, há 3 dias, vemos notícia lá de Boa Vista: *“Aterro sanitário: menores e indígenas disputam lixo”*. Está aqui. Esse é o resultado da brilhante política indígena do Governo brasileiro.

Eu realmente reconheço que não tenho muita capacidade mesmo, sou um atraso de vida! Vejam aqui o que o leitor da *Folha* disse. Ele sintetizou as coisas de uma maneira que eu, Parlamentar, não consegui dizer com tanta simplicidade.

Nesta reportagem, ele diz assim: *“Tem que mandar essa reportagem para o Lula e para quem demarcou a área indígena Raposa Serra do Sol. Os Estados Unidos mataram os índios deles na bala. Aqui, o Governo do PT vai matar os índios de fome. Parabéns, PT, vocês ganharam dos americanos!”* Esse é o Sr. André Luiz O outro, Tiago Henrique Resende de Castro, diz: *“Do jeito que a situação está difícil em Boa Vista, daqui a pouco, vai estar cheio de gente, até com estudo, sobrevivendo do lixão”*. Essa é a nossa situação. E aí, vamos salvar o mundo da catástrofe ambiental? Vamos salvar a cultura? Mas que cultura? A cultura está aqui no lixão!

Então vamos parar de raciocinar como colonizados e vamos assumir que nós somos um país independente e lutar para que o nosso Estado, no contexto da Federação brasileira, também tenha o seu espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Para finalizar, eu queria apenas fazer algumas considerações para todos nós que estamos participando desta reunião e dizer que o que nos motivou e incentivou a promover este encontro que, a meu ver, está sendo extremamente produtivo, foi exatamente debater, discutir e, desta discussão aqui, encontrar saídas de curto, médio e longo prazos para a questão da energia em Roraima, que tem sido causa de sofrimento intenso da população, Deputado Gadelha, de empresários e de possíveis investidores.



Em Roraima, hoje, tem-se a impressão de que se começa a produzir. Começam os primeiros contratos de venda de soja, alguma coisa já se começa a formatar na economia. Isso é alentador. Não é a salvação, mas é algo que indica que o nosso Estado pode avançar. E, evidentemente, a matriz energética é uma condicionante, sem discussão nenhuma, necessária para que isso possa acontecer.

Eu ouvi a explanação de Wady Charone Júnior, e ele conta mais ou menos a história da implantação da rede de energia no Estado, o que me levou à conclusão de que o planejamento não foi... De certa forma, quando se pensou em importar energia da Venezuela, Dr. Ademir, não se pensou naquilo que poderia dar errado. Parece-me que se imaginou que tudo daria certo. Então, houve falha no planejamento. Tanto é que ele disse aqui que, num primeiro momento, o problema era oferta demais e consumo de menos. Aí, tinham que colocar um equipamento lá na Venezuela, e acabaram não colocando. Depois, a coisa foi se degradando, foi piorando, de forma que, agora, a oferta é de menos e a demanda é demais, e é preciso colocar o mesmo aparelho lá, o estabilizador, não é verdade?

Hoje, o sistema de fornecimento de energia elétrica para Roraima já se mostra obsoleto, na minha compreensão. Se não fosse assim, estaria funcionando a contento, atendendo às expectativas da população.

Roraima tem experimentado crescimento, a demanda por energia tem sido grande nos últimos 6, 8 anos, principalmente no interior. Antigamente, havia energia somente nos núcleos urbanos, não havia uma vicinal ou uma estrada com energia. Hoje, em quase todas as localidades há energia elétrica, inclusive nas comunidades indígenas.

A Centrais Elétricas de Roraima é a mãezona disso tudo, porque há uma taxa social de energia, para consumo social, e eu não sei quem paga a conta, porque comunidade indígena não paga conta de luz. Lá é tudo à base de motor, termoelétricas, assim como comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco e algumas localidades mais distantes, como Normandia. Há Municípios que nem interligação possuem, como Uiramutã e Normandia. Pacaraima é um Município de fronteira que tem um contrato especial, e a energia vem de Santa Elena de Uairén. Eu não sei como isso é feito, só sei que o Município recebe a energia, e alguém deve pagar essa conta também, não é? Então, é muito complexo.



Para comprovar para vocês como a preocupação e o problema têm sido grandes, eu colhi alguns trechos de matérias que saem na mídia sobre o assunto. Por exemplo, o G1 publicou: *“Roraima registra várias quedas de energia na noite desta segunda”*. A *Folha de Boa Vista*, em maio, publicou: *“Falta de energia elétrica aflige a população”*. Aí, vem a matéria. A *Folha de Boa Vista*, mais para frente, disse: *“Agricultores acampam em frente à CERR, pedindo o Luz para Todos”*. Enfim, há várias e várias matérias falando da crise.

O que acontece hoje em Roraima é que todo o mundo se olha e se pergunta: *“O que é que se pode fazer?”* Resposta: *“Cobrem dos políticos”*. Porque, na cabeça de todo o mundo, os políticos são os responsáveis. E temos a obrigação de cuidar disso mesmo, pois somos pagos para isso. Temos que trabalhar, pensar e atuar junto aos Governos Federal e Estadual para encontrar as soluções. Então, todo dia ouvimos isso nas rádios. O PROCON em Roraima é o lugar onde mais se trabalha. Todo dia tem gente lá. Gente pobre, que não tem nada, quando consegue ter uma geladeira, ela queima? Vai viver como? Nem água gelada a pessoa pode tomar. Então, tem sido realmente uma situação muito difícil para a população de Roraima.

Dentre as soluções que foram colocadas aqui, sinceramente, eu não percebi nada como opção imediata para resolver o problema. E nós precisamos fazer alguma coisa. Por exemplo, o projeto para se construir termelétricas é para 2014. É daqui a um ano. Lá ninguém aguenta mais isso, não. Lá em Roraima, a coisa está feia. Não dá para esperar.

Se é necessário aumentar o parque de termelétricas, vamos aumentá-lo agora! Não se pode deixar isso para depois! Tem que ser de imediato! É preciso trazer de onde não se precisa mais deles, comprar, enfim, nós precisamos de uma solução imediata para a oferta de energia em Roraima. Não se trata só do desconforto das pessoas. Trata-se da sobrevivência, da geração de emprego, do giro da economia. Sem energia nada funciona, nem as instituições: hospitais e escolas, etc.

Outro dia, eu recebi um telefonema de uma diretora de escola dizendo que havia frango no freezer da escola, mas perderam tudo, porque acabou a energia elétrica e não voltou. As crianças ficaram sem merenda na escola.



O problema da energia elétrica no Estado de Roraima é como o de um paciente na UTI: tem que ter tratamento intensivo. Se não tiver tratamento, vai morrer. E nós estamos aqui exatamente para falar para as autoridades que estão aqui, para o Brasil e para todos sobre o nosso sofrimento e sobre a necessidade emergencial de se fazer algo.

Eu sempre fui muito prático na minha vida. Sou muito pragmático e gosto da coisa muito direta. Sempre fui assim. Não adianta fazer uma reunião destas aqui, discutir isso, e amanhã não acontecer nada. As pessoas muitas vezes olham para nós e cobram, dizendo: *“Vocês conversaram, fizeram aquele negócio, e não aconteceu nada. Nós estamos com o mesmo problema”*.

Vamos levar para o debate de vocês a necessidade de que a solução seja para amanhã, a fim de que a gente possa levar uma solução mais rápida para a população, para que o Estado de Roraima sofra menos. Nós temos muitos desafios pela frente. Temos que quebrar uma barreira em uma estrada que fecha o Estado de Roraima por 12 horas e o isola do resto do Brasil. Nós temos que melhorar a nossa infraestrutura. Nós temos muita coisa para fazer, mas agora, de imediato, o problema é a nossa energia elétrica.

Eu quero convocar vocês, convocar o Governo brasileiro, que é o responsável por isso... Está lá na Constituição! Isso é constitucional! Nós temos direito. É direito nosso. Não é porque nós estamos lá longe que não temos direito. Nós temos direito, como São Paulo e Minas Gerais. Somos todos coirmãos. Como o Deputado Leonardo Gadelha disse, vamos discutir o pacto federativo e a participação de todos. No Direito, existe um negócio para os menos favorecidos. Como é, Dr. Ademir?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Faz-se uma compensação, não é? Como Roraima é um Estado pobre, a solução não sai de lá, sai do Governo Federal. O Estado de Roraima não tem condições para isso. Então, até chegar essa solução de médio e longo prazo, é preciso fazer algo.

Eu tinha muitas perguntas para fazer, mas, realmente, está muito tarde. Eu queria, então, que cada um respondesse de acordo com a sua explanação às



perguntas dos internautas que estão assistindo neste momento à audiência. Quero fazer quatro perguntas que nos foram enviadas *on-line*.

Primeiro, a pergunta de Laulimam dos Santos. Ele diz o seguinte: *“Como a CERR ampliará o Programa Luz para Todos, em Roraima, com essa crise de energia? As dívidas mencionadas e que foram pagas com o repasse na Companhia Energética de Roraima se referem a quê?”* É a dívida de seiscentos e poucos milhões de reais.

Outro internauta pergunta o seguinte: *“Qual a média de tarifa cobrada em Roraima, em comparação com a de outros Estados?”*

Outra pergunta: *“Quais as principais causas dos desligamentos ocorridos no Estado de Roraima nos últimos meses?”* Engraçado que o nome desse internauta, que não é o Governador, lógico, é José de Anchieta.

Uma pergunta agora para o representante da ELETRONORTE: *“Qual a periodicidade de manutenção do Linhão de Guri?”*

Então, respondam a essas primeiras perguntas dos internautas, em respeito aos nossos ouvintes.

Com a palavra a Sra. Maria Conceição de Sant’Ana Barros Escobar.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANT’ANA BARROS ESCOBAR - O.k. Então, em respeito ao internauta José de Anchieta, que perguntou: *“Como a CERR vai ampliar o Luz para Todos?”*

Realmente, o Programa Luz para Todos tem sido difícil de aplicar exatamente pela falta de oferta. Em 2010, o IBGE estimou que nós tínhamos 10 mil pessoas sem energia elétrica no Estado. Hoje esse número já até aumentou.

No contrato da ELETROBRAS, dentro dessa 2ª Tranche, nós tivemos recursos da ordem de 60 milhões de reais — somando a contrapartida mais o recurso da ELETROBRAS —, para atender 9,8 mil consumidores. Nós já atendemos cerca de 7 mil consumidores, mas ainda temos, para completar, os Municípios de Cantá, Mucajaí, Bonfim — onde estamos em obra neste momento — e Caracaráí.

Eu já ouvi até uma fala do nosso digníssimo Promotor em que ele disse que, à medida que a gente incorpora a carga do interior, prejudica a Capital. Hoje nós ainda temos cerca de outros 10 mil consumidores para agregar, e eu preciso de oferta para isso. Mas nós estamos mantendo um contrato complementar para atingir



o total dos consumidores de Cantá, Caracaraí, Mucajaí, onde estamos completando, e Bonfim. Há exatamente dois Municípios que estão fora do Programa Luz para Todos: Uiramutã e Pacaraima, Municípios que englobam áreas indígenas, e eu preciso de oferta. Então, ali, nós vamos ter que trabalhar com energia alternativa ou com outras questões, porque eles não estão previstos na interligação neste momento.

O programa de universalização vai até 2016, e eu não lhe dou garantia hoje de que, até 2016, a gente consiga ligar todos. Mas o nosso contrato atual com a ELETROBRAS foi estendido até 2014.

Com relação aos 604 milhões de reais, os primeiros 260 milhões de reais foram totalmente para pagar dívidas, entre as quais, mais de 100 milhões de reais com a PETROBRAS, outros tantos com a própria Boa Vista Energia e a ELETROBRAS Distribuição, encargos setoriais defasados, CORPOELEC e outros fornecedores. Então, quase todo ele foi para fornecimento. E temos muitas demandas judiciais trabalhistas e demandas judiciais de um modo geral.

Desse novo recurso, mais de 150 milhões de reais vão ser aplicados em investimentos para a melhoria do sistema. Então, essa é a parte boa que nós vamos iniciar agora, focados principalmente no sistema de subtransmissão, na distribuição e na compra de medidores, para podermos, realmente, medir o consumo de energia.

Para comparar a nossa tarifa com as outras, o senhor sabe que cada um tem a sua composição tarifária, cada lugar depende de fatores que vão se somar aos custos. O que ocorre com a CERR? A CERR é uma empresa que, pelo fato de não ter contrato de concessão — nós estamos com o contrato vencido —, não tem direito a revisão tarifária. Nós só temos direito ao reajuste tarifário.

Nós tivemos, por força dessas inadimplências, o represamento de tarifa durante um bom tempo. E este ano, quando ficamos adimplentes, tivemos dois ajustes tarifários, porque estava tudo atrasado. Fizemos um no início do ano, e a Presidente Dilma deu um desconto lá também. E agora, no dia 1º de dezembro, iniciou-se uma nova tarifa, mas já veio com um desconto imenso. O consumidor vai sentir uma redução, porque veio descontado. Isso não significa que é bom para a empresa neste momento, porque, como não temos essa composição correta da revisão tarifária, aquilo que chamam de parcela B, que cobre os custos de operação



e manutenção, é irrisório, cerca de 1 milhão de reais. Quer dizer, o que eu faço com 1 milhão de reais para arrumar a companhia, para fazer manutenção? E o resto, que é a outra parte, a dita parcela A, é um recurso do qual sou mera arrecadadora. Eu tenho que arrecadar e pagar a quem de direito. É quando nós compramos energia.

Por exemplo, hoje nós compramos energia da CORPOELEC em dólar — 52 dólares por megawatt-hora e 6 dólares por quilowatt. Para a EDRR, nós pagamos 166 reais por megawatt-hora até o dia 30 de outubro. Tivemos uma redução agora e vamos pagar 155 reais por megawatt-hora a partir do dia 1º de novembro.

Os consumidores vão ter uma redução agora de 26,98% na conta, e eu espero que — nós estamos numa fase de negociação com muitos deles — isso os incentive a pagar suas dívidas. Como a situação é crítica, eles dizem assim: “Nós até queremos pagar a conta, mas o seu produto é muito ruim”. A gente ouve muito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - É.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTANA BARROS ESCOBAR - Então, esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Exato!

Wady, você responde essas duas relativas à ELETROBRAS: as principais causas de desligamentos ocorridos no Estado de Roraima nos últimos meses e a periodicidade de manutenção do Linhão de Guri.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - O.k. Vou configurar as causas de desligamento. A gente pode falar das causas que envolvem as transmissoras de energia elétrica e causas de desligamento que refletem no próprio consumidor e que fazem parte de outras empresas e de outros agentes. Nós temos três agentes responsáveis por provocar desligamentos.

As causas de desligamento que a ELETRONORTE tem geram *blackout*. Então, não existe parte da cidade que fique energizada. Não! Toda vez que houver 100% de escuridão em Boa Vista, o problema é com o Linhão. Nós tivemos três ou quatro ocorrências dessas neste ano. Sidney, você pode me posicionar? Foram três ou quatro ocorrências de desligamentos da linha neste ano? Eu acho que foi em Santa Helena, não foi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Foram quatro registros com origem na área que fica na Venezuela. Não foi na área em que a ELETRONORTE está fazendo a manutenção. Esses são defeitos em linha de transmissão, o que a gente chama de fugitivo, geralmente quando a região está com muita chuva, descargas atmosféricas, e isso derruba a linha de transmissão. Então, tivemos quatro desligamentos dessa linha. Esses desligamentos provocaram *blackouts* na cidade de Boa Vista.

Existem, com certeza, outros desligamentos, mas nós teríamos que saber quais agências. E eu não poderia responder por nenhum dos outros dois agentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - E a manutenção na linha?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Manutenção em linha de transmissão é uma coisa sobre a qual já temos regras bem definidas. Primeiro, nós temos a manutenção baseada em tempo. Por exemplo, qual é o tempo de vida útil de um isolador, como o polimérico de uma linha? Em cima disso, nós temos as manutenções baseadas em tempo. O isolador polimérico tem sua substituição a cada 10 anos, geralmente. Segundo, nós temos, anualmente — o que se configura um plano de manutenção —, a inspeção feita por equipe de linha. Nessa inspeção de linhas de transmissão, algumas ações são realizadas: roçagem da faixa por onde passa a linha de transmissão; revisão da parte de cadeia isoladora, para ver se existem algumas cadeias isoladoras quebradas. A linha pode ter algumas dessas cadeias isoladoras quebradas e manter a continuidade elétrica. Nesse caso, é feita a substituição dessas cadeias isoladoras em linha viva mesmo, sem precisar desligá-la. Então, essa ação é anual, do ponto de vista de manutenção, e temporal, do ponto de vista de vida útil de isoladores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - O.k.

Para finalizar, eu só queria fazer mais duas perguntinhas, porque estão me cutucando aqui, e eu preciso fazê-las.

A primeira é a seguinte: a gente sabe que a ELETRONORTE paga, em *royalties*, 8 milhões de reais à comunidade indígena São Marcos. Se eu não estou errado é isso, não é? São 8 milhões de reais de *royalties*?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Eu não sei desse valor não. Ricardo, você...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Esses dados eu tenho.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - O senhor tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Eu gostaria de saber se há prestação de contas desses recursos que são repassados a essas comunidades.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Como é que isso é feito?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Todo mês põem-se 8 milhões de reais na conta da comunidade indígena?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Como é feito?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Eu não sei essa cifra, não sei esse valor, não posso lhe confirmar se existem *royalties* de 8 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Não, são 8 milhões de reais.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Está certo. Geralmente, são contratos anuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Por ano, não é?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - Então, por ano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Oito milhões...

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR - ...nós temos 8 milhões de reais. E a prestação de contas faz parte de um ritual dentro do contrato. Para todo pagamento efetuado, em contrapartida, tem que existir um sistema de prestação de contas. Então, existe essa contrapartida a ser efetuada de prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Está o.k.

Para finalizar, outra pergunta para o Dr. Ademir, que é da área e tem atuado tão bem. Como é que está sendo o pagamento, a restituição dos prejuízos causados por essas quedas de tensões e *blackouts*, no Estado de Roraima, com relação ao consumidor? A ELETRONORTE, a CERR e a ELETROBRAS estão pagando isso?

O SR. ADEMIR TELES MENEZES - Deputado, essa foi a melhor pergunta que me foi feita nesses últimos dias, porque nós temos um posicionamento muito negativo da ELETROBRAS em relação ao consumidor. Quando se tem queima de produtos, isso vira uma confusão que acaba indo para a Justiça.



Lá em Roraima, por uma ação judicial minha, na Promotoria, foram instalados dois PROCONs: o municipal e o PROCON Assembleia, que representaria o PROCON estadual.

O PROCON Assembleia começou a receber essa demanda e a convidar, notificar a ELETROBRAS para discutir esses temas e tentar uma solução, um acordo. Para a nossa surpresa, a ELETROBRAS ajuizou um mandado de segurança. E houve uma decisão liminar, nesse mandado de segurança em que a empresa arguiu a ilegalidade do ato e a ilegitimidade do PROCON Assembleia, afirmando que um PROCON não poderia estar vinculado à Assembleia Legislativa, mas somente ao Poder Executivo.

Eu inclusive me manifestei nesse mandado de segurança no âmbito judicial. Escrevi 14 ou 15 laudas, eu acho, juntando votos do próprio STJ que mostram que isso já é uma matéria ultrapassada e que, na verdade, o PROCON é um órgão de defesa do consumidor que não é exclusivo de um ou outro Poder. Inclusive, o PROCON está vinculado, em diversos Estados, ao Ministério Público, como é o caso dos Estados do Ceará e de Minas Gerais, e não ao Poder Executivo.

Enfim, isso fez com que travasse ainda mais uma solução pacificada entre a ELETROBRAS e o consumidor final, para a nossa tristeza. Então, hoje, todos esses conflitos estão no Poder Judiciário. E o Poder Judiciário demora, porque há uma demanda grande no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Lá nós temos apenas três Juizados Especiais Cíveis, o que prejudica, e muito, os consumidores.

Segundo, nós temos uma ação ajuizada em 1997 sobre uma queda de energia, uma interrupção de fornecimento de energia de 21 dias, na Capital, Boa Vista. Essa ação tramitou, veio bater no STJ, onde transitou em julgado. A ELETRONORTE perdeu essa ação — na época era ELETRONORTE, depois passou para Boa Vista Energia e hoje é a ELETROBRAS. E o que aconteceu? Nós estamos na fase de executar essa sentença, o que vai beneficiar 14.400 consumidores. O valor disso — eu atualizei, por pedido da própria ELETRONORTE na execução, e mandei para o juiz — somava, há 6 meses, quase 4,5 milhões de reais em devoluções. Nós temos consumidores, inclusive, que têm o direito de receber mais de 20 mil reais de devolução relativos a esse período. A empresa,



utilizando, evidentemente, todos os recursos jurídicos cabíveis, também se recusa a pagar, a efetuar a devolução.

Então, da parte da empresa, Deputado, eu posso dizer a V.Exa., com tranquilidade, que tudo o que ela tem feito é não facilitar a vida do consumidor. Tudo o que ela tem feito na questão da queima de aparelhos, na questão da substituição de aparelhos... A ANEEL tem toda uma regulamentação sobre isso, porque essas situações são muito prejudiciais ao consumidor. Não é possível que um consumidor que tem uma geladeira queimada, por exemplo, em um afundamento de rede, tenha de esperar 60 dias ou 90 dias por um procedimento de verificação.

Assim, Deputado, seria importante — até fica a sugestão aqui — trabalhar, não só para o Estado de Roraima, no âmbito da própria ANEEL, para se buscar uma solução mais rápida e que favoreça o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Urzeni Rocha) - Eu quero, para encerrar, agradecer a todos os participantes: o Deputado Paulo Cesar Quartiero, pela contribuição, pela participação; o Deputado Brito Bezerra; o Deputado Chico das Verduras, que esteve aqui também; o Deputado Gadelha; o Dr. Ademir Teles; o Wady Charone Júnior; o Dr. Marcos Simas Parentoni; e a nossa querida Maria Conceição Escobar. Todos vieram e, com certeza absoluta, contribuíram muito para o sucesso da nossa reunião. Quero agradecer também a todos os participantes e à imprensa. Enfim, quero dizer que nós fizemos uma pequena parte daquilo que cabe a todos nós, representantes do povo: discutir um tema tão importante e tão relevante, como a questão de energia, principalmente falando de problemas graves que o Estado de Roraima vive.

Quero agradecer também aos membros da Comissão. Estou sabendo que já há outra equipe aí esperando o plenário para trabalhar. Então, agradeço a todos. Muito obrigado e boa tarde!

Declaro encerrada a reunião.